



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE) N.º 18/2013**

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 28 de agosto de 2013, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 28 de agosto de 2013.

Prof. Márcio Silveira
Presidente

emc.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 18/2013 do Consepe.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO
EM EaD EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA NACIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PNAP**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
DIRETORIA DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - DTE**

**PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO
EM EaD EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PNAP**

**Palmas - TO
maio/2013**

PROJETO DE CURSO

Instituição Proponente:

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Márcio da Silveira – Reitor

Isabel Auler – Vice-Reitora

Berenice Feitosa – Pró-Reitora de Graduação

Damião Rocha – Diretor DTE/UFT Coordenador UAB/Capes

Valtuir Soares Filho – Coordenador do Curso

Conteúdo

Sumário

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1.1 <i>Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)</i>	6
1.2 <i>A UFT no Contexto Regional e Local.....</i>	8
1.3 <i>Perfil Institucional</i>	9
1.4 <i>Projeto Pedagógico e Plano de Desenvolvimento Institucional.</i>	11
1.5 <i>Missão da Instituição</i>	12
1.6 <i>Estrutura Organizacional</i>	13
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	15
2.1 <i>O Sistema Integrado Universidade Aberta do Brasil (UAB) – Capes/Mec.....</i>	15
2.2 <i>A Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE) da UFT:</i>	17
2.3 <i>Concepções curriculares contemporâneas.....</i>	18
2.4 <i>Marco Teórico</i>	24
2.4.2 <i>Ideal de Sociedade.</i>	25
2.4.3 <i>Ideal de Cultura.</i>	26
2.4.4 <i>Ideal de educação</i>	28
2.4.5 <i>MARCO OPERATIVO</i>	28
2.5 <i>Missão do Curso.....</i>	33
2.6 <i>Polos.....</i>	33
2.6.1 <i>O polo de apoio presencial no Sistema UAB:</i>	33
2.6.2 <i>Localização dos polos</i>	34
2.7 <i>Colegiado do Curso</i>	34
2.7.1 <i>Coordenação Acadêmica.....</i>	35
2.7.2 <i>Coordenação</i>	35
2.7.3 <i>Tutoria</i>	36
2.7.4 <i>Professor</i>	38
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	38
3.1 <i>Concepção Geral - Educação mediada por Tecnologias</i>	38
3.2 <i>Histórico e Concepção do Curso.....</i>	40
3.3 <i>Justificativa do Projeto Acadêmico</i>	41
3.4 <i>Objetivo do Curso.....</i>	42
3.5 <i>Perfil Profissional</i>	43
3.6 <i>Competências, atitudes e habilidades.....</i>	43
3.7 <i>Perfil de Egresso.....</i>	45

3.8. Organização Curricular.....	45
3.8.1. Diretrizes Curriculares do Curso.....	47
3.8.2. Organização do período letivo	48
3.8.3. Carga horária de estudo por parte dos alunos.....	49
3.8.4. Estrutura Curricular	50
3. Proposta curricular para o Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública	50
3.1 ESTRUTURA CURRICULAR.....	50
3.2 Ementas.....	56
Módulo 1	56
Módulo 2	60
Módulo 3	62
Módulo 4	66
Módulo 5	70
Módulo 6	73
Módulo 7	76
Módulo 8	79
DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	82
DISCIPLINAS ELETIVAS.....	84
SAVIANI ,Dermeval. <i>Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional</i> . 5. ed. Editora Autores Associados, 1998.	87
SCHEINVAR, Estela; ALGEBAIL Eline (Orgs.). <i>Conselhos participativos e escola</i> . Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.	87
DISCIPLINA DE NIVELAMENTO.....	88
3.3 Interface Pesquisa, Extensão e Ensino.	88
3.4 Interface com programas de fortalecimento do ensino	90
3.5 Interface com atividades científicas - acadêmicas e culturais.....	91
3.5.1 Prática, Estágio Curricular e TCC.....	91
3.5.2 Orientações Gerais para a Prática e Estágio Curricular Supervisionado	91
3.5.3 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	94
3.5.4 Atividades Complementares.....	95
3.5.5 Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem e do Projeto Acadêmico do Curso.	96
3.5.6 A forma de acompanhamento e monitoramento da produção e do desenvolvimento do aluno.....	97
3.5.7 Integralização Curricular	98
Condições de Trabalho.....	98
Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende os Cursos na modalidade EaD na UFT.....	99

4. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	99
4.1 <i>Laboratórios e Instalações</i>	<i>99</i>
4.1.1 <i>Biblioteca</i>	<i>99</i>
4.1.2 <i>Projeto de trabalho da tutoria e a forma de apoio logístico a todos os envolvidos.....</i>	<i>101</i>
5. GESTÃO: ADMINISTRATIVA; TECNOLÓGICA. ACADÊMICO-PEDAGÓGICA	105
5.1 <i>Gestão Administrativa.....</i>	<i>105</i>
6. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM O PROJETO	108
7. AVALIAÇÃO DO PROJETO	109
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
10.1 <i>Regimento do Curso</i>	<i>113</i>
10.2 <i>Normas para as Atividades de Estágio Supervisionado</i>	<i>119</i>

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a UnB e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de campi da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo

Ministro Cristovam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamentam o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos campi já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de

conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2. A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura multicampi, possui 7 (sete) campi universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses campi, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam a população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita. São desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne - ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco

ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins - Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos - fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3. Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

- I.- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.
- II.- Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua.
- III.- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive.
- IV.- Promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.
- V.- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração.
- VI.- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.
- VII.- Promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, os fluxos de informações e as demandas infraestruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campi. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema multicampi, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A UFT, com seus sete campi, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins e é a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão fica patente - em números aproximados. Atualmente, a Universidade oferece 48 cursos de graduação e 12 programas de mestrado e 3 de doutorados reconhecidos pela CAPES, além de vários cursos de especialização lato sensu.

1.4. Projeto Pedagógico e Plano de Desenvolvimento Institucional.

O Planejamento Estratégico - PE (2006 - 2010), o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é "Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia" e, como visão estratégica "Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional".

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

- a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração;
- o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

1.5. Missão da Instituição

Produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e, como visão estratégica consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional.

Com aproximadamente quinze mil alunos, em sete campi universitários, a UFT é uma universidade multicampi, estando os seus sete campi universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, podendo desta forma contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. A Universidade oferece, atualmente, 48 cursos de graduação presencial, três cursos à distância, dezenas de cursos de especialização, 12 programas de mestrado: Biotecnologia (Gurupi), Produção Vegetal (Gurupi), Ciência Animal Tropical (Araguaína), Ensino de Língua e Literaturas (Araguaína); Agroenergia (Palmas), Ciências do Ambiente (Palmas), Desenvolvimento Regional (Palmas), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional), Geografia (Porto Nacional), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas); mestrado profissional em Engenharia Ambiental (Palmas), mestrado profissional em Matemática e 3 Doutorados: Ciência Animal Tropical (Araguaína), Produção Vegetal (Gurupi) e Biodiversidade e Biotecnologia (Palmas). E, ainda, os Dinteres em História Social

(Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT/UFG); Administração (UFT/Mackenzie); Ciência da Computação (UFT/UFRJ) e Geografia (UFT/UFU).

1.6. Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de campi e representante de alunos, professores e funcionários; e seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; e seu Regimento Interno está previsto na Resolução - CONSEPE 001/2004.
- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias; a qual está da seguinte forma estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
- **Pró-Reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art.23). Em 2008 foram criadas mais duas Pró-Reitorias, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e a Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento. As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).
- **Conselho Diretor:** é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do campus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

- **Diretor de Campus:** docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT, com mandato de 4 (quatro) anos.
- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso, e suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.
- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de campi universitários.

Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

- **Campus Universitário de Araguaína:** oferece os cursos de Biologia (Licenciatura), Física (Licenciatura), Geografia (Licenciatura), Gestão de Cooperativas (Tecnologia), Gestão de Turismo (Tecnologia), História (Bacharelado), História (Licenciatura), Letras (Português), Letras (Inglês), Logística (Tecnologia), Matemática (Licenciatura), Medicina Veterinária, Química (Licenciatura), Zootecnia e Biologia EaD. Oferece ainda, o Mestrado e Doutorado em Ciência Animal Tropical e o mestrado e doutorado em Ensino de Língua e Literatura.
- **Campus Universitário de Arraias:** oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.
- **Campus Universitário de Gurupi:** oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Biotecnológica, Engenharia Florestal, Química Ambiental e as licenciaturas em Biologia e Química (modalidade à distância). Oferece, também, os programas de Mestrado e Doutorado em Produção Vegetal e o mestrado em Biotecnologia.
- **Campus Universitário de Miracema:** oferece os cursos de Pedagogia (Licenciatura) e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.
- **Campus Universitário de Palmas:** oferece os cursos de Administração, Artes (Licenciatura), Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Comunicação Social (Jornalismo), Direito, Enfermagem,

Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Filosofia (Licenciatura), Medicina, Nutrição, Pedagogia (Licenciatura) e Curso de Licenciatura em EaD em Física. Oferece, ainda, os programas de mestrado em Ciências do Ambiente, Desenvolvimento Regional, mestrado profissional em Ciências da Saúde, mestrado profissional em Engenharia Ambiental, mestrado profissional em Matemática, mestrado profissional em Práticas Jurisdicionais e Direitos Humanos, mestrado acadêmico em Educação e o doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia.

- **Campus Universitário de Porto Nacional:** oferece os cursos de Ciências Biológicas (licenciatura), Ciências Biológicas (bacharelado), Geografia (licenciatura), Geografia (bacharelado), História (licenciatura), Letras (português), Letras (inglês) e o mestrado em Ecologia dos Ecótonos.
- **Campus Universitário de Tocantinópolis:** oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1. O Sistema Integrado Universidade Aberta do Brasil (UAB) – Capes/Mec.

O Sistema UAB funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, com vistas a atender às demandas locais por educação superior. Essa articulação estabelece qual instituição de ensino deve ser responsável por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião por meio dos polos de apoio presencial.

A Diretoria de Educação a Distância (DED) da Capes fomenta a atuação das IPES na oferta de cursos no âmbito da UAB para a realização de:

- Produção e distribuição do material didático impresso utilizado nos cursos
- Aquisição de livros para compor as bibliotecas
- Utilização de tecnologias de Informação e Comunicação para interação entre os professores, tutores e estudantes
- Aquisição de laboratórios pedagógicos
- Infraestrutura dos núcleos de educação a distância nas IPES participantes
- Capacitação dos profissionais envolvidos

- Acompanhamento dos polos de apoio presencial
- Encontros presenciais para o desenvolvimento da EAD

Este sistema é voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País tem como objetivos: I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Os cursos de graduação na modalidade de educação à distância (EaD), conforme a legislação educacional vigente caracteriza-se como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Estão organizados segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para: I - avaliações de estudantes; II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Os cursos ofertados no âmbito do Sistema UAB, sempre oferecidos por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), respeitam regras gerais impostas pela legislação vigente e as regras internas de cada instituição.

O Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública PNAP, faz parte do Programa Nacional de Administração Pública (PNAP) no âmbito do Sistema UAB que compreende: o bacharelado em Administração Pública, a especialização em Gestão Pública, especialização em Gestão Pública Municipal e especialização Gestão em Saúde. Os cursos têm por objetivo a formação e qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais e do Magistério Superior. Especificamente, pretendem (i) capacitar

quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos; (ii) capacitar profissionais com formação adequada para intervirem na realidade social, política e econômica; (iii) contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal; (iv) contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

2.2. A Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE) da UFT:

A DTE tem como finalidade propor políticas, planejar, coordenar e avaliar os cursos, projetos e programas desenvolvidos na UFT com a mediação das tecnologias da informação e comunicação. São objetivos da DTE:

- a) induzir, coordenar e avaliar os cursos, programas, projetos e ações desenvolvidos na modalidade de educação mediada pelas tecnologias da informação e comunicação;
- b) incentivar o uso de tecnologias como meio de ensino e aprendizagem no âmbito acadêmico-científico;
- c) induzir e implementar ações que estimulem, aprofundem e promovam a articulação da educação mediada pelas tecnologias da informação e comunicação em projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura na UFT;
- d) manter programas de capacitação permanente para formação do corpo docente e técnico para o uso das tecnologias na educação;
- e) assessorar a elaboração e produção de materiais que envolvam a supervisão e revisão de textos, elaboração de vídeos e outros materiais que se constituem em instrumentos mediadores da educação mediada pelas tecnologias da informação e comunicação;
- f) dar suporte às atividades semipresenciais relativas aos 20% de oferta da carga horária da disciplina ou curso mediados pelas tecnologias nos cursos presenciais, em conformidade com a Portaria MEC 4059/2004 e Resolução Consep nº. 15/2011;
- g) prestar assessoria técnica e pedagógica aos cursos e atividades de ensino, pesquisa e extensão mediados pelas tecnologias da informação e comunicação;
- h) garantir unidade e qualidade aos cursos de educação mediada pelas tecnologias da informação e comunicação por meio de pesquisas avaliativas e acompanhamento das ações que viabilizem ajustes e superação das dificuldades e obstáculos detectados;

- i) manter interlocução com as instâncias acadêmico-científicas, órgãos de fomento e poder público federal, estadual e municipal, na área de educação mediada pelas tecnologias;
- j) realizar a gestão administrativo-financeira, com monitoramento dos projetos autossustentados, controle e acompanhamento dos recursos oriundos do Sistema UAB ou de outras fontes de fomento.

2.3. Concepções curriculares contemporâneas.

Buscar caminhos e pistas para a construção de currículos contemporâneos interdisciplinares nos remete à necessidade de uma formulação teórica capaz de dar sustentação às proposições... As incertezas interpostas nos levam a retomar Edgar Morin que em sua obra “O Paradigma perdido: a natureza humana” (1973) integrou e articulou biologia, antropologia, etnologia, história, sociologia, psicologia, dentre outras ciências para construir a ciência do homem.

Enfatizou o confronto que vem sendo feito entre o mundo das certezas, herdado da tradição e o mundo das incertezas, gerado pelo nosso tempo de transformações e, nesse sentido, passou a entender o homem como uma unidade biopsicossociológica, caminhando de uma concepção de matéria viva para uma concepção de sistemas vivos e, desses, para uma concepção de organização. Segundo ele,

o ser vivo está submetido a uma lógica de funcionamento e de desenvolvimento completamente diferentes, lógica essa em que a indeterminação, a desordem, o acaso intervêm como fatores de organização superior ou de auto-organização. Essa lógica do ser vivo é, sem dúvida, mais complexa do que aquela que o nosso entendimento aplica às coisas, embora o nosso entendimento seja produto dessa mesma lógica (MORIN, 1973: 24).

O pensamento complexo proposto por Morin pressupõe a busca de uma percepção de mundo, a partir de uma nova ótica: a da complexidade. Propõe uma multiplicidade de pontos de vista; uma perspectiva relacional entre os saberes em sua multiplicidade; a conquista de uma percepção sistêmica, pós-cartesiana, que aponta para um novo saber, a partir do pensamento complexo. A complexidade do real, como um novo paradigma na organização do conhecimento, abala os pilares clássicos da certeza: a ordem, a regularidade, o determinismo e a separabilidade.

Ainda, segundo Morin (1994: 225), “a complexidade refere-se à quantidade de informações que possui um organismo ou um sistema qualquer, indicando uma grande

quantidade de interações e de interferências possíveis, nos mais diversos níveis”. De acordo com seus pressupostos,

essa complexidade aumenta com a diversidade de elementos que constituem o sistema. Além do aspecto quantitativo implícito neste termo, existiria também a incerteza, o indeterminismo e o papel do acaso, indicando que a complexidade surge da intersecção entre ordem e desordem. O importante é reconhecer que a complexidade é um dos parâmetros presentes na composição de um sistema complexo ou hipercomplexo como o cérebro humano, assim como também está presente na complexa tessitura comum das redes que constituem as comunidades virtuais que navegam no ciberespaço (MORIN, 1994: 225).

Na perspectiva de Morin (1994), portanto, a complexidade está no fato de que o todo possui qualidades e propriedades que não se encontram nas partes isoladamente. O termo complexidade traz, em sua essência, a idéia de confusão, incerteza e desordem; expressa nossa confusão, nossa incapacidade de definir de maneira simples, para nomear de maneira clara, para por ordem em nossas ideias. O pensamento complexo é visto como uma “viagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real e de saber que as determinações (cerebral, cultural, social e histórica), que se impõe a todo o pensamento, codeterminam sempre o objeto do conhecimento” (MORIN, 2003: 21).

Analisar a complexidade, segundo Burnham (1998: 44), “requer o olhar por diferentes óticas, a leitura por meio de diferentes linguagens e a compreensão por diferentes sistemas de referência”. Essa perspectiva multirreferencial é entendida como um método integrador de diferentes sistemas de linguagens, aceitas como plurais ou necessariamente diferentes umas das outras, para elucidar a complexidade de um fenômeno. Nessa acepção, segundo Ardoino, se torna essencial, nos espaços de aprendizagem,

o afloramento de uma leitura plural de seus objetos (práticos ou teóricos), sob diferentes pontos de vista, que implicam visões específicas, quanto linguagens apropriadas às descrições exigidas, em função de sistemas de referenciais distintos, considerados e reconhecidos explicitamente, como não redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos (ARDOINO, 1998: 24).

A partir dessa complexidade, Morin propõe despertar a inteligência geral adormecida pela escola vigente e estimular a capacidade de contextualizar e globalizar; de termos uma nova maneira de ver o mundo, de aprender a viver e de enfrentar a incerteza. A educação, nessa perspectiva, se configura como uma “função global que atravessa o conjunto dos campos das ciências dos homens e da sociedade, interessando tanto ao psicólogo social, ao

economista, ao sociólogo, ao filósofo ou a historiador etc.” (ARDOINO, 1995 apud MARTINS, 2004: 89).

A incorporação da diversidade do coletivo e a potencialização das experiências multirreferenciais dos sujeitos requer não somente a concepção de um currículo que privilegie a dialogicidade, a incerteza e certeza, a ordem e desordem, a temporalidade e espacialidade dos sujeitos, mas, também, a utilização de dispositivos comunicacionais que permitam a criação de ambientes de aprendizagem capazes de subverter as limitações espaço-temporais da sala de aula.

Refletir sobre esse novo currículo implica considerá-lo como práxis interativa, como “sistema aberto e relacional, sensível à dialogicidade, à contradição, aos paradoxos cotidianos, à indexalidade das práticas, como instituição eminentemente relevante, carente de ressignificação em sua emergência” (BURNHAM, 1998: 37). O conhecimento entendido não mais como produto unilateral de seres humanos isolados, mas resultado de uma vasta cooperação cognitiva, da qual participam aprendentes humanos e sistemas cognitivos artificiais, implicando modificações profundas na forma criativa das atividades intelectuais.

Sob esse olhar, o currículo se configura como um campo complexo de contradições e questionamentos. Não implica apenas seleção e organização de saberes, mas um emaranhado de questões relativas a sujeitos, temporalidades e contextos implicados em profundas transformações. Configura-se como um sistema aberto, dialógico, recursivo e construído no cotidiano por sujeitos históricos que produzem cultura e são produzidos pelo contexto histórico-social (BURNHAM, 1998; MACEDO, 2002). Nessa nova teia de relações estão inseridos os processos educativos, que se tornam influenciáveis por determinantes do global, do nacional e do local. Para compreendê-lo, torna-se imperativo assumirmos uma nova lógica, uma nova cultura, uma nova sensibilidade e uma nova percepção, numa lógica baseada na exploração de novos tipos de raciocínio, na construção cotidiana, relacionando os diversos saberes.

Nesse sentido, adotar a interdisciplinaridade como perspectiva para a transdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do currículo implica a confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem para que os fenômenos complexos sejam observados. Implica também, como afirma Burnham, entender não só a polissemia do currículo,

mas o seu significado como processo social, que se realiza no espaço concreto da escola, cujo papel principal é o de contribuir para o acesso, daqueles sujeitos que aí interagem, a diferentes referenciais de leitura de mundo e de relacionamento com este mesmo mundo, propiciando-lhes não apenas um lastro de conhecimentos e de outras vivências que contribuam para a sua inserção no processo da história, como sujeito do fazer dessa história, mas também para a sua construção como sujeito (quicá autônomo) que participa ativamente do processo de produção e de socialização do conhecimento e, assim da instituição histórico-social de sua sociedade (BURNHAM 1998: 37).

Nessa perspectiva, o conhecimento passa a se configurar como uma rede de articulações desafiando nosso imaginário epistemológico a pensar com novos recursos, reencantando o ato de ensinar e aprender ao libertarmos “[...] as palavras de suas prisões e devolvendo-as ao livre jogo inventivo da arte de conversar e pensar” (ASMANN, 1998, p. 82).

Nosso desafio mais impactante na implementação de novos currículos na Universidade Federal do Tocantins (UFT) está na mudança desejada de avançar, e talvez, até superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, através e por meio de seus eixos transversais e interdisciplinares, caminhando na busca de alcançarmos a transdisciplinaridade. Considerando que desejar é o passo inicial para se conseguir, apostamos que é possível abordar, dispuser e propor aos nossos alunos uma “relação com o saber” (CHARLOT, 2000), em sua totalidade complexa, multirreferencial e multifacetada.

Nesse fazer, os caminhos já abertos e trilhados não serão descartados, abandonados. As rupturas, as brechas, os engajamentos conseguidos são importantíssimos e nos apoiarão no reconhecimento da necessidade de inusitadas pistas. Portanto, a solução de mudança não está em tirar e pôr, podar ou incluir mais um componente curricular, uma matéria, um conteúdo, e sim, em redefinir e repensar o que temos, com criatividade, buscando o que pretendemos. Essa caminhada será toda feita de ir e vir, avanços e recuos e, nesse movimento de ondas, é possível vislumbrarmos o desenho de um currículo em “espiral”, ou seja, um trabalho que articula e abrange a dinamicidade dos saberes organizados nos ciclos e eixos de formação.

Essa construção de uma matriz curricular referenciada e justificada pela ação e interação dos seus construtores, com ênfase não-linear, nos conduzirá a arquiteturas de formação não-determinista, com possibilidades de abertura, o que propiciará o nosso projeto de interdisciplinaridade, flexibilidade e mobilidade. Nesse sentido, não tem nem início nem fim, essa matriz tem,

Fronteiras e pontos de intersecção ou focos. Assim um currículo modelado em uma matriz também é não-linear e não-seqüencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam e uma rede relacionada de significados. Quanto mais rico o currículo, mais haverá pontos de intersecção, conexões construídas, e mais profundo será o seu significado. (DOLL JR., 1997: 178).

Curricularmente, essa matriz se implementa por meio de um trabalho coletivo e solidário em que o planejamento reconhece como importante deste fazer o princípio da auto-organização da teoria da complexidade. A dialogicidade é fundamental para evitarmos que a própria crítica torne-se hegemônica e maquiada. Desassimilação de hábitos e mudanças de estruturas não são fáceis. É frustrante o esforço que leva a produções sem sentido. Entretanto, não se muda sem alterar concepções, destroçar profundamente conteúdos e rotinas curriculares costumeiras.

O modelo disciplinar linear ou o conjunto de disciplinas justapostas numa ‘grade curricular’ de um curso têm tido implicações pedagógicas diversas e deixado marcas nada opcionais nos percursos formativos. O currículo centrado na matéria e salivado nas aulas magistrais tem postado o conhecimento social de forma paralela ao conhecimento acadêmico. Nesse sentido, “o conhecimento aparece como um fim a-histórico, como algo dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoas” (SANTOMÉ, 1998: 106), perpassa a ideia de que nem todos os alunos têm condições de serem bem sucedidos em algumas disciplinas, legitimando o próprio fracasso acadêmico. “Um currículo disciplinar favorece mais a propagação de uma cultura da ‘objetividade’ e da neutralidade, entre tantas razões, porque é mais difícil entrar em discussões e verificações com outras disciplinas com campos similares ou com parcelas comuns de estudo” (SANTOMÉ, 1998: 109). Como consequência, as contradições são relegadas e as dimensões conflituosas da realidade social refutadas, como se fosse possível sua ocultação.

A crise que desequilibra valores e posturas do século passado é a mesma que dá forças para alternativas curriculares no século XXI. As críticas tecidas ao currículo disciplinar propõem perspectivar a embriologia do currículo globalizado, currículo integrado ou currículo interdisciplinar. Apesar de alguns autores não distinguirem interdisciplinaridade de integração, muitos defendem que interdisciplinaridade é mais apropriada para referir-se à inter-relação de diferentes campos do conhecimento, enquanto que integração significa dar unidade das partes, o que não qualifica necessariamente um todo em sua complexidade. Os currículos interdisciplinares, hoje propostos, coincidem com o desejo de buscar “modos de

estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos in comunicáveis” (SANTOMÉ, 1998: 124). Nessa perspectiva,

No desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática. (SANTOMÉ, 1998: 125).

Nosso currículo desejado é um convite a mudanças e afeta, é claro, as funções dos professores que trabalham em um mesmo curso. Nossa opção de organização do currículo novo cria ‘colegiados de saberes’ e ‘ilhas de conhecimentos’ que potencializarão a formação de arquipélagos de vivências e itinerâncias participativas. Distancia-se, pois, do currículo disciplinar em que é possível o trabalho isolado, o eu-sozinho e in comunicável. No qual, encontram-se professores que são excelentes em suas disciplinas, mas que por estarem, muitas vezes, preocupados somente com suas matérias, chegam a induzir os alunos a acreditarem e se interessarem por esta ou aquela disciplina em detrimento de outras, por acreditarem que há “disciplinas mais importantes” e outras “menos importantes”.

A construção da realidade social e histórica depende de seus sujeitos, de seus protagonistas. A matriz curricular terá a “cara” ou será o “monstro” que os desenhistas conseguirem pintar a partir da identidade possível construída. No entanto pode-se falar, conforme (SANTOMÉ, 1998: 206) em quatro formatos de integrar currículos: a) integração correlacionando diversas disciplinas; b) integração através de temas, tópicos ou ideias, c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária; d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes. Além da possibilidade ainda de: 1) integração através de conceitos, 2) integração em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos, 3) integração com base em instituições e grupos humanos, 4) integração em torno de descobertas e invenções, 5) integração mediante áreas de conhecimento.

Por meio da implantação do programa de reestruturação e expansão de seus cursos e programas, a UFT objetiva a ampliação do acesso com garantia de qualidade. Os princípios que orientam a construção de suas políticas de formação estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na valorização dos valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social. Nesse sentido, enfatiza que a Universidade não deve apenas formar

recursos humanos para o mercado de trabalho, mas pessoas com espírito crítico e humanista que possam contribuir para a solução dos problemas cada vez mais complexos do mundo.

Para tanto, propõe o exercício da interdisciplinaridade, com vistas atingirmos a transdisciplinaridade, ou seja, uma nova relação entre os conhecimentos. Isso implica, ainda, os seguintes desdobramentos: introduzir nos cursos de graduação temas relevantes da cultura contemporânea, o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural; e dotar os cursos de graduação com maior mobilidade, flexibilidade e qualidade, visando o atendimento às demandas da educação superior do mundo contemporâneo.

2.4. Marco Teórico

2.4.1. Concepção de Sociedade, de Ser Humano e de Educação

O grande desafio para a manutenção do equilíbrio da convivência humana na sociedade, juntamente com as famílias, os grupos sociais, os meios de comunicação e as instâncias educativas fundamenta-se em posições opostas às tendências puramente conservadora e reprodutora, impregnada no contexto social, presidido, geralmente, pela ideologia do individualismo e da competitividade.

As instituições educativas, em seus conteúdos, formas e sistemas de organização especializaram-se precisamente, no exercício e ampliação da exclusão, bem como no distanciamento da própria realidade. O processo de socialização das novas gerações não pode ser caracterizado de modo linear ou mecânico, ao contrário, a participação de todos para o equilíbrio das formas de controle e das interações na sociedade dependerá, sobretudo do modo de organização das instituições educativas.

Para tanto, isto requer a opção por uma universidade como espaço público democrático, a favor da humanização, da formação e da produção do conhecimento e da discussão das temáticas que afligem a vida cotidiana; ou então, a opção por um processo de socialização como reprodução da arbitrariedade cultural dominante como tão bem proferiu ENGUITA:

A escola é uma trama de relações sociais materiais que organizam a experiência cotidiana e pessoal do aluno com a mesma força ou mais que as relações de produção podem organizar as do operário na oficina ou as do pequeno produtor no mercado. Por que então continuar olhando espaço escolar como se nele não houvesse outra coisa em que se fixar além das ideias que se transmitem? (1990, p.152).

O desenvolvimento dessas questões gerais e para as ambiguidades que se configuram, pressupõem outras indagações com alterações substanciais nas concepções de sociedade, de homem, de educação, no ensino, nos processos de formação dos profissionais e nas ações desenvolvidas nas universidades em geral, e em particular, na realidade regional e local da Universidade Federal do Tocantins.

2.4.2. Ideal de Sociedade.

As principais características dessa sociedade que todos queremos construir:

2.4.2.1. Economicamente.

Uma sociedade de superação da exploração do homem pelo homem (classes sociais), em vista do acúmulo de capital. Uma sociedade equânime, sem diferenças entre pobres e ricos, e cada pessoa tenha condições mínimas de vida digna quanto à educação, saúde, habitação, transporte e segurança.

2.4.2.2. Socialmente.

Uma sociedade que respeite e defenda os direitos individuais e sociais da pessoa e favoreça o exercício da cidadania. Que dê condições de “vida digna” à população proporcionando o equilíbrio da vida familiar, de forma que a criança e o adolescente não fiquem na rua abandonados e o jovem possa ter acesso à educação e ao trabalho.

2.4.2.3. Politicamente.

Uma sociedade que, fundamentada nos direitos humanos, ofereça participação democrática, fruto de alto grau de politização, assegurando a liberdade de associação e organização. Que favoreça uma prática política aberta a todos e não restrita à grupos da elite dominante.

2.4.2.4. Educacional/Culturalmente.

Uma sociedade provocadora de um processo sócio-cultural consciente, livre, criativo, responsável, coerente, participativa, comprometida com a formação das pessoas visando amadurecê-las integralmente. Uma prática educativa que proporcione a formação do homem autônomo e integral, capaz de uma visão crítica sobre si mesmo e sobre o seu processo histórico. Uma prática educativa que permita nascer um ser humano que conheça suas raízes

culturais e, fundamentado nelas, seja capaz de assumir a história com suas próprias mãos superando as principais alienações do mundo moderno. Acima de tudo, uma “Sociedade Cidadã” entendida como: fraterna, unida, libertadora, co-responsável.

2.4.2.5. Ideal de Ser Humano

Assumimos a educação superior na UFT com o propósito da construção do ser humano consciente de sua realidade, crítico, autocrítico e íntegro – sustentado sobre os seguintes pilares:

2.4.2.6. Consciência social e política:

Uma pessoa perceptível, autor e agente de transformação da história; almeja através da participação política, partidária ou não, organizar a vida social sempre direcionada para o bem comum. Uma pessoa humana liberta e libertadora, que aprenda a respeitar a liberdade alheia, e acolher o outro na diversidade.

2.4.2.7. Consciência eco-espiritual e cidadã:

Um ser humano consciente de sua criação, irmanados e responsáveis pela construção de uma ecologia global de respeito a “Gaia”. Alguém que se sinta chamado a plenificar-se, visando sua realização como ser humano imanente e transcendente. Um ser humano que percebeu os limites do materialismo e que se esforce com coragem e sem preconceitos para descobrir o sentido mais amplo para a existência. Uma pessoa que busque a plenitude e promova o enriquecimento solidário da humanidade.

2.4.2.8. Consciência ecológica:

A consciência ecológica parte do princípio que o ser humano é um ser vivo e por isso precisa estar em harmonia consigo, com a natureza, e com todos os habitantes planetários. Assim, as ações a serem projetadas para a preservação do verde, da água, da fauna e da flora influenciarão não apenas no humor, mas especialmente, no contentamento do indivíduo com o mundo, e no nível de felicidade de todos.

2.4.3. Ideal de Cultura.

O sentido da expressão “cultura” designa tantos significados diferentes, e a opção por uma escolha hermenêutica. Fala-se de cultura da violência, do prazer, do diálogo. Fala-se de

cultura musical, cultural, industrial, humanística, moderna, material. Fala-se ainda de cultura enciclopedista, impregnada da conotação negativa de quem sabe pouco sobre muitas coisas. A “cultura” é um termo de moda que precisa ser aprofundado. Para a Antropologia Cultural, na concepção de ROSSANO (1985, p. 9) a cultura *“é uma manifestação típica e característica do homem, o qual não é rigidamente guiado por leis entrópicas que o amarram sobre um horizonte determinado, mas é um ser que se faz, e que não cessa de expressar-se e dar-se um nome.*

Segundo afirmação de FIORI (1988, p.31). “A cultura é assim, algo amplo e profundo, com a mesma profundidade da essência do próprio ser humano. É processo social de permanente recriação do mundo, da existência, do homem”. Assim, para a compreensão maior do termo cultura é necessário fazer uma distinção importante, que descreveremos abaixo:

Objetivamente: o termo cultura engloba o registro completo das expressões do viver e do agir no ser humano, conforme à norma do ser humano, organizadas num todo, compartilhadas e transmitidas por uma comunidade. Desta forma, tanto um utensílio de pedra como um computador, um código de comportamento numa prática esportiva ou uma reflexão sapiencial, um modo de construir uma casa ou um modo de pensar, uma maneira de viver, de organizar a família e a comunidade, compreendendo todo o conjunto das ideias, dos valores, das normas, das tradições que são assimiladas pela sociedade e são expressos em forma de instrumentos, livros, obras de arte, leis, música, cinema, mentalidade, costumes, tudo isso é objetivamente expressão cultural. Rossano (1985, p. 9).

Subjetivamente: o termo cultura adquire um significado bem diverso, e por ele se entende o cultivo e o desenvolvimento da pessoa humana no seu construir-se individual e comunitário. É o ideal da “pessoa culta”, isto é daquela que é cultivada, e que tenha atingido a um grau de humanidade harmonioso e comunicante. Dentro de uma perspectiva humanista podemos dizer que por cultura consideramos aquilo pelo qual o ser humano se torna mais humano.

Ainda podemos afirmar que a cultura abrange a totalidade da vida de um povo e é o conjunto de “respostas” que o ser humano dá à realidade que o interpela; é também o modo como, em um povo, os humanos cultivam sua relação com a natureza, com os próprios homens e com o cosmos, de maneira a tornar-se culturalmente humano. Por tudo o que vimos, a cultura compreende a totalidade da vida de um povo, o conjunto de valores que o

animam e os desvalores que o debilitam, que por serem participados por todos os membros, servem de marca para fazê-los reconhecer-se numa mesma consciência coletiva, isto é, “estamos no mesmo barco e participamos do mesmo destino”.

A cultura também pode ser definida como processo histórico e social, ou seja, a cultura vai se transformando em base à contínua experiência histórica e vida dos povos. O ser humano nasce se desenvolve dentro de uma determinada sociedade, condicionado e enriquecido por uma cultura particular que recebe a modifica criativamente e a transmite. A cultura, neste sentido, é entendida como um organismo vivo que nasce, cresce, decai, morre, depois renasce, e assim por diante, com tão bem ressalta o documento Puebla¹: “*a cultura tem uma atividade criadora e dinâmica, e por isto necessita de muito cuidado e cultivo, muita atenção principalmente nos momentos de crise e de novas sínteses*”.

2.4.4. Ideal de educação

A educação que pretendemos consolidar na construção do Projeto Pedagógico do Curso estará alicerçada nas seguintes convicções:

Educação histórica, adaptada ao ser humano situado, que corresponda às necessidades de um mundo em mudança, voltada para a realidade e comprometida com a libertação das pessoas através de uma presença atuante e aberta. Uma educação que considere efetivamente em sua teoria a prática a inserção na realidade sociopolítica e econômica. Uma educação contextualizada histórica e socialmente de forma a ligar ensino e realidade, formando um indivíduo efetivamente construtor da sua história;

Educação lógico-dialogal, que possa respeitar as individualidades e as culturas, aberta ao diálogo e saiba estabelecer uma unidade sadia dentro de uma diversidade ético-político-cultural. Uma educação crítica, questionadora, e conscientizadora dos valores humanos na nossa sociedade. Que consiga cumprir o seu papel de mediadora entre o aluno e o mundo da cultura, privilegiando um processo de transmissão/assimilação crítica.

2.4.5. MARCO OPERATIVO

A formação de novas gerações de profissionais da educação deverá ultrapassar a função reprodutora do processo de escolarização, uma vez que de fato existe uma grande dificuldade contemporânea com relação às práticas formativas. Dessa forma, necessitamos

IREMOLINA, Geraldo. “La Cultura en el documnto de Puebla”, 15

promover continuamente na prática vivida, a articulação das dimensões técnicas, humanas e políticas que interagem no interior da UFT e, da mesma forma, utilizar a lógica do saber pedagógico nos eixos constitutivos da Universidade: a pesquisa com sua dimensão epistemológica; o ensino com suas teorias e processos didático-pedagógicos e a extensão com base na investigação e intervenção do contexto social.

O desafio didático da sociedade contemporânea prescinde de uma concepção teórico-metodológica que, como a de qualquer grupo ou instituição social, pode ser descrita como um cenário vivo de interações que se intercambiam explícita ou tacitamente ideias, valores e interesses diferentes e seguidamente enfrentados.

A dinâmica vivida no dia-a-dia institucional e sua intervenção ao ato pedagógico são de responsabilidade do educador. No entanto, a questão primordial que se coloca com relação às questões teórico-metodológicas é a de superação do apriorismo e do dogmatismo metódico reinante na prática dos diferentes grupos sociais que hoje frequentam a escola brasileira.

a) Concepção do Processo de Ensino e Aprendizagem

Os pressupostos epistemológicos devem proporcionar aos sujeitos do ato educativo não só os conhecimentos da estrutura teórico-prático dos métodos de ensino, porém ensinar numa perspectiva de totalidade. Ensino e aprendizagem assumem um significado amplo, que nos ajudarão a compor e a compreender o mosaico que sustenta as práticas das instâncias educacionais. Para tanto consideramos que estas devam ser:

1) Permeadas pelo respeito à pessoa do outro. Professor e educando são pessoas com igual dignidade, e o relacionamento dentre eles precisa estar marcado pelo clima de respeito, de confiança, do diálogo, de cooperação e da capacidade orgânica de valoração;

2) Marcado pela dialogicidade. O Educador é sempre um sujeito cognoscente, quer quando se prepara, quer quando se encontra dialogicamente com os educandos. Assim, a educação se caracterizará por situações problematizadoras e desafiadoras que possam constantemente proporcionar os alunos para o ato do desvelamento da realidade, num esforço permanente de perceber-se criticamente como estão no mundo;

3) Ensino e Aprendizagem numa dimensão inter e transdisciplinar. A perspectiva inter e transdisciplinar almeja a promoção da autonomia e da liberdade, como forma de viabilizar as mediações necessárias para romper a inércia conteudista e avaliativa, próprias da educação bancária denunciada por Paulo Freire, desde a década de 1960. A educação nesta proposta

considera o aluno e o professor como indivíduos atuantes numa sociedade dinâmica, constituído de natureza biológica, psicológica, social, transcendente e unicitária.

O termo transcendente significa a capacidade do ser humano registrar os fatos passados para planejar seu futuro, com critérios de escolha e condições de julgamento. A expressão unicitária, se caracteriza pelo fato de que cada pessoa se considera como um ser inacabado, inconcluso e incompleto, sujeito a emoções e sentimentos que fazem dele um ser único, exclusivo e insubstituível.

3.1) A dimensão interdisciplinar se organiza em torno de referenciais cognitivos que promovam a aglutinação de saberes, vivências, sentimentos e desejos de construir uma disciplinaridade apoiada em temas relevantes levantados na dinâmica educativa, capaz de proporcionar aos alunos a percepção para considerar a vida em sua perspectiva auto-eco-desorganizativa considerando a planetariedade como compromisso maior com a vida;

3.2) A dimensão transdisciplinar se propõe a transformar as relações interpessoais no contexto da sociedade vigente. Estes princípios representam os ideais e as utopias ontológicas necessária para garantir vida plena e sustentável em nossa biosfera.

b) Concepção das Formas da Construção e da Transmissão do Conhecimento

No contexto histórico-social e político vivido o conteúdo da educação assume uma significativa importância: ele é ao mesmo tempo herança cultural, elaboração e comunicação, enquanto recolhe as riquezas acumuladas do passado para, em seguida, com criatividade, reelaborá-las a ponto de oferecer uma nova compreensão da realidade. Deve ser libertador e não produtor de ideologia. O discurso educativo sustentado nos ementários deve ser:

1) Significativo para a vida e o agir humano e fundamentado na vida e no mundo dos alunos. Dessa forma é prático, pois ocorre a partir da experiência prática do sujeito e sua permanente relação como objeto.

2) Contextualizado histórica e socialmente, isto é profundamente articulados com a realidade. Desse modo, as inter-relações dialéticas sujeito e objeto só são possíveis, no que concerne à construção do conhecimento, na complexa e variada interações dos homens entre si. A historicidade indica a construção do conhecimento pelos homens através dos tempos, em

uma luta incessante pela apreensão do objeto num caminho que passa da ignorância ao conhecimento.²

3) Amplo, flexível, bem estruturado, isto é, na “medida do aluno” e adequado ao seu processo de desenvolvimento.

4) Crítico enquanto desvela ao educando o senso de continuidade e ruptura presente em tudo aquilo que é objeto de nosso conhecimento. Induzindo o aluno a aprender buscando sempre novas soluções.

c) Concepção de Metodologia

Por metodologia entendemos a elaboração crítica de um complexo organizado de meios educativos, rigorosamente especificados nas suas articulações estruturais, nos seus pressupostos conceituais, científicos e históricos, na sua articulação sócio-cultural, na sua função política e econômica. Entendida também como um conjunto de experiências de ensino-aprendizagem, a metodologia adequada para uma educação integral e libertadora deve ser:

- 1) **Motivadora**, porque muitas vezes o aluno resiste aos projetos, objetivos e à proposta do educador;
- 2) **Ativa** o aluno só aprende se ele constrói o conhecimento, envolvendo-se profundamente no processo educativo;
- 3) **Dialética e Problematicadora**, para a continuidade e ruptura, partindo do conhecido para o desconhecido;
- 4) **Processual e Totalizante** o professor propõe um aprendizado “à medida do aluno”, e partindo dele, da sua situação concreta oferecendo as “provocações” necessárias para um crescimento integrado;
- 5) **Atitudes Associacionistas** desenvolver a capacidade do trabalho participativo e coletivo;

d) Concepção de Professor/Educador

2ALVES, Nilda (Org.) Formação de Professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1995 p.75

Um docente que seja um professor/pesquisador com capacidade de intervir na realidade educacional como cidadão, atuante e crítico da sociedade na qual está inserido. É condição *sine qua non* que acredite nas mudanças advindas da educação como um exercício de possibilidades para uma realidade educacional que corresponda às exigências da sociedade atual.

Como educador deve saber lidar com as diversas relações interpessoais. Deve saber sintetizar ternura e vigor, seja seguro, exigente, compreensivo e ético. Saiba usar sua autoridade sem autoritarismo. Um professor que domine efetivamente os conteúdos das matérias e as metodologias de transmissão/assimilação (transposição didática). Um professor suficientemente crítico e que esteja consciente do seu agir educativo e que consiga superar o mecanismo educacional e agir responsabilmente.

e) Concepção da Avaliação da Aprendizagem

1. Avaliação dos processos e resultado

A avaliação do curso se processará de forma contínua e atenderá aos pressupostos teóricos que fundamentam as concepções de ensino e de aprendizagem, considerando aluno enquanto sujeito histórico que participa do seu processo de construção de conhecimento. Estará também articulada à avaliação institucional, a qual está integrada ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, incluindo o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Estudantil e os demais parâmetros de avaliação.

A plena avaliação deve ser mútua e permanente da prática educativa de professores e educandos, isto é, pressupõe continuamente uma interrogação sobre a pertinência e a receptividade da atividade pedagógica.

Para os docentes o processo avaliativo deve avaliar as situações para identificar os problemas apresentados e as ações educativas capazes de encontrar soluções. Uma avaliação que privilegie os aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos, flexíveis nos critérios adotados para a análise e observação.

Acredita-se nesta perspectiva epistemológica de que a avaliação consiste na autoavaliação à qual educador e educando deverão sempre buscar os resultados obtidos dentro de um princípio crítico e democrático. Esta atitude contínua de autoavaliação ajuda a formar valores balizados em condutas voltadas para a ética e a tolerância e os princípios de cidadania.

2.5. Missão do Curso

A missão do curso é formar, prioritariamente, gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

2.6. Polos

Nos polos, os alunos têm uma referência física, podendo contar com uma infraestrutura de atendimento e local para estudo. Assim, os polos ajudam a manter o vínculo dos alunos com a Universidade. Nos polos os alunos contarão com facilidades como: salas de estudo, microcomputadores conectados à internet, supervisão acadêmica, laboratórios didáticos, biblioteca, recursos audiovisuais, seminários, serviço de distribuição de material didático.

O polo é o espaço para as atividades presenciais tais como: avaliações, atividades individuais e em grupos, eventos culturais e científicos, mas é, sobretudo, o local onde o aluno encontra semanalmente o seu tutor presencial, para orientação e esclarecimento de dúvidas.

O polo pode colaborar, ainda, com o desenvolvimento regional, uma vez que pode contar com atividades diversificadas, como: cursos de extensão, atividades culturais, consultoria para a comunidade.

2.6.1. O polo de apoio presencial no Sistema UAB:

Os polos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do Sistema UAB. Mantidos por Municípios ou Governos de Estado, os polos oferecem a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos a distância.

O polo de apoio presencial também pode ser entendido como "local de encontro" onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento e a orientação para os estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

O objetivo dos polos é oferecer o espaço físico de apoio presencial aos alunos da sua região, mantendo as instalações físicas necessárias para atender aos alunos em questões tecnológicas, de laboratório, de biblioteca, entre outras.

2.6.2. Localização dos polos

Os polos de apoio presencial para o curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública estão localizados nas cidades do estado do Tocantins conforme o quadro a seguir:

Município/Polo		Nº de vagas
1	Ananás	40
2	Araguacema	40
3	Araguaína	40
4	Arraias	40
5	Dianópolis	40
6	Guaraí	40
7	Gurupi	40
8	Nova Olinda	40
9	Pedro Afonso	40
10	Taguatinga	40
TOTAL		400

2.7. Colegiado do Curso

O Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública, será administrado academicamente por seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), constituído conforme Regimento desta Universidade. Sendo o seu colegiado presidido pelo Coordenador do Curso.

Atribuições do Colegiado do Curso, em conformidade com o Regimento Geral da UFT, compete ao Colegiado do curso:

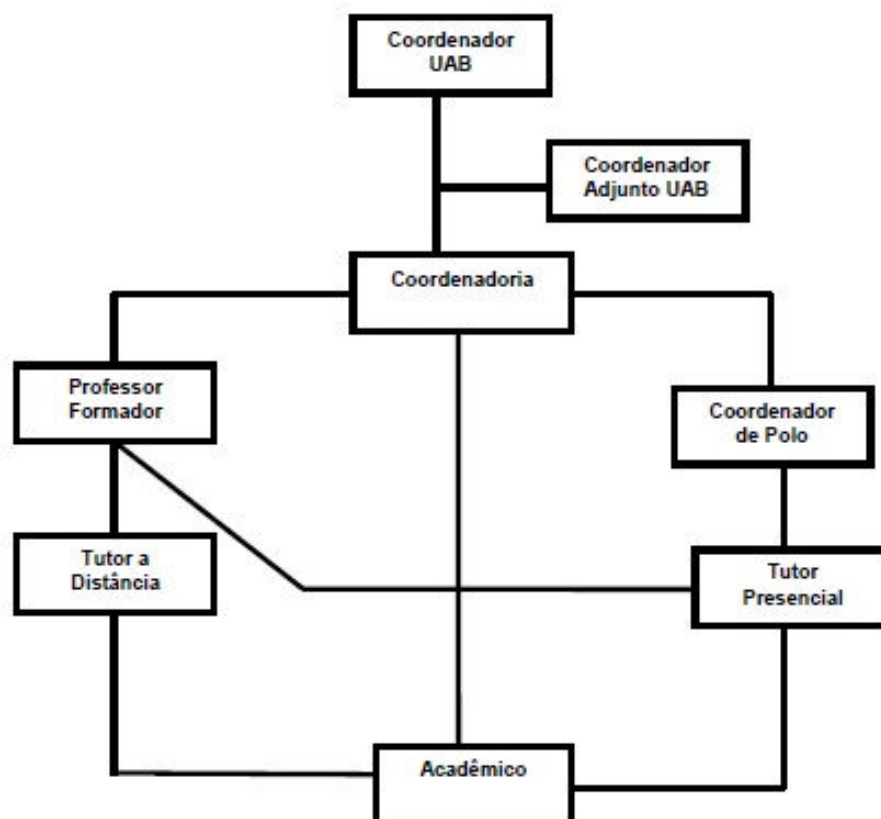
- Opinar e decidir sobre a filosofia, os objetivos e a orientação pedagógica do Curso.
- Propor, quando necessário, a modificação do número de vagas ofertadas para o ingresso no Curso via vestibular, a criação ou a extinção de disciplinas, bem como a alteração de carga horária e de programas, respeitando a legislação vigente.

- Manter permanente pesquisa de mercado de trabalho para identificar e adequar o ensino às exigências da comunidade.
- Elaborar a lista de oferta semestral de disciplinas.
- Propor medidas para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas.
- Examinar, decidindo em primeira instância, as questões acadêmicas suscitadas pelos corpos discente e docente e administração superior.

2.7.1. Coordenação Acadêmica

Os cursos de bacharelados, licenciaturas, tecnólogo e especializações no âmbito do Sistema Integrado UAB são cursos voltados para formação inicial e continuada de professores da educação da rede pública de educação básica e para o público em geral interessado (demanda social). As vagas para atendimento da demanda social são acertadas entre as instituições de ensino ofertantes e os governos locais, sendo publicadas nos editais de seleção de estudantes para os cursos. São ofertados com base numa rede de instituições e parcerias.

2.7.2. Coordenação



Coordenação Geral dos Cursos de Graduação a Distância: geralmente refere-se ao Coordenador da UAB da Instituição. Será responsável pelo funcionamento dos cursos de

graduação à distância, deliberando sobre questões não somente acadêmicas, mas também as que envolvam a tutoria, os polos, os recursos e materiais didáticos. Na sua ausência o coordenador adjunto assume a função.

Coordenadoria: Setor onde funcionará a coordenação do curso, a coordenação de tutores e um acompanhamento pedagógico do curso.

Coordenação de Curso: De acordo com o Regimento Geral da UFT, a Coordenação do curso tem a responsabilidade direta e imediata com as questões acadêmicas do curso, tais como: projeto pedagógico, oferta das componentes curriculares, elaboração e avaliação do material didático e questões que envolvam o andamento dos alunos no curso. Funcionará na sede da DTE, localizada no Campus Universitário de Palmas e se responsabilizará conjuntamente, também, pela coordenação da tutoria a distância.

Coordenador do Polo: Responsável pela dinâmica e organização dos polos, pelo acompanhamento dos tutores, pelos laboratórios, pela preservação dos móveis e dos materiais de uso acadêmico.

2.7.3. Tutoria

Em função dos princípios que norteiam esta proposta curricular, a tutoria adquire aqui uma importância fundamental, com a característica de orientação de estudos, de organização das atividades individuais e grupais, e de incentivo ao prazer das descobertas; representando da melhor forma, a imagem, a presença e a relação de confiabilidade entre a instituição e seus alunos.

A tutoria será desempenhada por profissionais que demonstrem não só conhecimento do conteúdo da área, mas também competência para trabalhar com grupos, orientar e estimular estudos. Será não somente um professor, mas, sobretudo, um incentivador animador. Espera-se selecioná-los entre professores da rede de ensino, alunos das pós-graduações ou outros profissionais de nível superior que apresentem os requisitos citados.

Esta proposta prevê dois tipos de tutorias: a tutoria presencial e a tutoria à distância.

Tutor presencial

A tutoria presencial será realizada nos polos, através de professores especialmente treinados para exercê-la, e será individual e grupal quando necessário.

A tutoria presencial individual estará disponível todos os dias da semana, e visará, sobretudo, a orientação de estudos e o acompanhamento do aluno na sua adaptação à modalidade de ensino. Terá o papel de ajudá-lo na organização dos horários, na maneira de estudar, na superação das dificuldades de ser um "aluno à distância".

A tutoria presencial grupal ocorrerá sempre que as atividades dos componentes curriculares exigirem trabalhos coletivos. Terá o papel de organização e dinamização dos grupos, estimulando o trabalho cooperativo.

O tutor presencial contará com uma carga horária de 20 horas semanais e deverá permanecer no Polo de Apoio Presencial por, no mínimo, 03 dias na semana, com um mínimo de 12 horas semanais para atendimento individual, em pequenos grupos, ou coletivo. As demais horas serão usadas para acompanhamento das atividades de estágio. Esta última atividade deverá ser combinada com os acadêmicos para agendamento de datas e horários de afastamento do Polo de Apoio Presencial. Neste perfil será considerado um tutor presencial para cada turma de 25 alunos

Tutor à distância

A tutoria à distância acompanha, supervisiona e orienta o desenvolvimento teórico-prático do curso. É responsável pelo recebimento e avaliação das atividades realizadas a distância pelos alunos e acompanha presencialmente parte das atividades práticas e de campo.

O perfil do tutor deverá seguir a regulamentação dos cursos da modalidade de educação a distância de acordo com as diretrizes da DED/Capes. Cada tutor a distância é responsável pelo atendimento de turmas formadas por, em média, 25 alunos. A relação entre o grupo de tutores a distância e os alunos será mediada por tecnologias digitais de informação e comunicação, especialmente pelas ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem. Esses tutores serão auxiliados pelos tutores presenciais e serão orientados pelo professor da disciplina.

O processo de acompanhamento da realização das atividades se dará de forma intensiva e isso requererá do tutor a distância as seguintes atribuições:

- Auxiliar na realização das atividades no AVA;
- Interagir com os 25 alunos sob sua supervisão;
- Fazer relatórios semanais sobre o que está sendo visto e executado pelos alunos, explicitando momentos importantes das interações bem como possíveis dificuldades;

- Consultar o professor coordenador da disciplina sobre questões referentes ao conteúdo;
- Orientar o aluno sobre com quem falar para solucionar alguma outra dificuldade que não seja de sua competência;
- Consultar a coordenação de tutoria e professor da disciplina sobre dificuldades referentes à interação com os alunos.

2.7.4. Professor

Cada componente curricular deverá contar com um professor que responderá pelos conteúdos, de acordo com suas especialidades. Cabe ao professor o planejamento do curso como também a orientação dos tutores no que se refere à temática do componente curricular: conteúdos conceituais, atividades propostas, avaliações, etc. Quanto ao perfil, este profissional deve ter formação verticalizada (preferencialmente doutor), podendo ser do quadro docente da UFT ou de outras IPES.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. Concepção Geral - Educação mediada por Tecnologias

Vivenciamos na presentividade a transição do modo de comunicação massivo para o interativo. A educação mediada por tecnologias tem características próprias que a faz particular e distinta tanto no seu enfoque quanto nos seus objetivos, meios, métodos, estratégias, mediação, interação e interatividade.

A educação mediada por tecnologias se caracteriza pela rede de relações cujo um dos suportes tecnológicos é a internet. Nesse processo a disposição interativa permite ao usuário imersivo ser ator e autor. Conforme Marco Silva (2000), a interação, “[...] permite a participação entendida como troca de ações, controle sobre acontecimentos e modificação de conteúdos. O usuário pode ouvir ver, ler, gravar, voltar, ir adiante, selecionar, tratar e enviar qualquer tipo de mensagem para qualquer lugar. Em suma, a interatividade permite ultrapassar a condição de espectador passivo para a condição de sujeito operativo”.

Interatividade é um conceito de comunicação, pode ser empregado para significar a comunicação entre interlocutores humanos, entre humanos e máquinas e entre usuário e serviço. No entanto, para que haja interatividade é preciso garantir duas disposições: 1) a dialógica que associa emissão e recepção como polos antagônicos e complementares na co-

criação da comunicação; 2) a intervenção do usuário ou receptor no conteúdo da mensagem ou do programa, abertos a manipulações e modificações.

Para promover a sala de aula interativa se faz necessário, conforme Marco Silva (2000), o essencial não é a tecnologia em si, mas potencializar a sua autoria, promover um novo estilo de pedagogia sustentado por uma modalidade comunicacional que supõe interatividade, isto é, participação, cooperação, bidirecionalidade e multiplicidade de conexões entre informações e atores envolvidos.

Assim, por suas características, a educação mediada por tecnologias, supõe um tipo de aprendizagem em que o foco está no aluno e na formação e não na turma. Este aluno deve ser incentivado como um sujeito independente e autônomo do seu aprendizado, desenvolvendo autonomia e independência em relação ao professor, que promove sua mediação na relação com o saber.

A separação física entre os sujeitos faz ressaltar a importância dos meios de aprendizagem. Os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos dentro das especificidades da educação a distância e da realidade do aluno para o qual o material está sendo elaborado. No entanto, não se pode deixar de ter em conta o avanço dos meios informáticos e digitais, sobretudo como uma tecnologia que facilita em grande medida a comunicação, a troca e a aquisição de informação. É neste sentido que, mesmo investindo preferencialmente em materiais impressos, não se pode abrir mão de projetar também a elaboração de materiais para web, ou a utilização de mídias digitais, como o CD-ROM.

Apesar da característica de estudo autônomo da educação mediada, as teorias de aprendizagem apontam para a eficácia da construção coletiva do conhecimento, da necessidade do grupo social como referência para o aprender. Um dos grandes desafios aqui é tornar viável o coletivo onde a marca é o individual.

As tendências mais recentes em EaD vêm apontando para a necessidade do estudo colaborativo e/ou cooperativo, como forma de dar resposta à concepção de aprendizagem apontada acima. Experiências com ensino on-line, utilizando a metodologia dialógica freiriana, vêm mostrar que isso é possível (AMARAL, 2002). Nesse sentido, o uso das tecnologias de informação e comunicação vem desempenhando papel fundamental, mas, nos espaços onde não é ainda possível usá-las, há que se proporem alternativas dentro dos modelos tradicionais de tutoria e material impresso.

A presença e disponibilidade do tutor/orientador têm sido importantes não somente como elemento motivador, mas também, e por isso mesmo, como estratégia de diminuição da evasão. Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o de espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento.

É neste sentido que o presente projeto pedagógico propõe um curso de graduação à distância, utilizando materiais impressos, mídias (CD-ROM, DVD), arquivos em PDF e outros, suportado por um sistema pedagógico e de tutoria que articule, organize e estimule o trabalho grupal, cooperativo, mais do que o individual. Isto, sem abrir mão de uma das características mais básicas da EaD, que é a autonomia do aluno e sua liberdade em aprender, com conteúdos distribuídos a partir de temas geradores dentro de uma abordagem freiriana de resgate de valores e cultura regional sem perder o foco no sentido global do saber científico.

3.2. Histórico e Concepção do Curso

O Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado Tocantins, incluindo seus mais distantes municípios, a Universidade Federal do Tocantins oferta o Curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O curso será oferecido baseado no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública, disponível na plataforma SISUAB que compartilhou à UFT a matriz do material didático do curso, ficando sob a responsabilidade desta instituição a adequação do material à realidade local, a reprodução do mesmo e a oferta do curso. Além disso, convém mencionar a economia de recursos humanos e materiais na elaboração dos fascículos e da multimídia com a utilização do material já desenvolvido pela referida plataforma.

3.3. Justificativa do Projeto Acadêmico

O Estado do Tocantins caracteriza-se por ser multicultural relativamente extenso e com baixa densidade demográfica (apenas 4,2 hab/km²). O caráter heterogêneo da população tocaninense e a grande necessidade de promover a melhoria na qualidade de vida da população impõem à UFT o desafio de promover práticas educativas que elevem o nível de vida dessa população. Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano (UNESCO), com dados relativos ao ano de 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é de 0,710, sendo o 16º do Brasil e estando em penúltimo lugar da Região Norte. Podemos entender o motivo dessa classificação, através dos dados seguintes:

- A expectativa de vida é de 65,2 anos;
- A renda per capita média é de 172,6 reais;
- Há 50,8 % de pessoas com renda per capita de menos de 75,00;
- A média de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais é de 4,7 anos. É a segunda menor da Região Norte;
- Existem 24% de analfabetos;
- 46,8% das pessoas têm menos de quatro anos de estudo;
- O percentual de repetência no ensino fundamental é de 22,1%; no ensino médio é de 15,3%;
- O percentual de evasão no ensino fundamental é de 14,6%; no ensino médio, 10,6%.

O Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública irá atender a parcela da população tocaninense que não pode se deslocar para outros centros a fim de cursar uma graduação. Em especial, os inúmeros servidores públicos estaduais e municipais que não teriam condições de se afastar de sua atividade profissional e que devido o sistema de educação à distância poderão dispor de uma formação pública e de qualidade.

Adicionalmente, contribuirá na formação de futuros profissionais da administração pública na construção de uma visão sistêmica, crítica e amparada pelos princípios éticos e legais para o exercício de uma atividade eficiente produtiva, contribuindo para que esses futuros servidores públicos permaneçam no seu local de origem e colaborem com o desenvolvimento do seu município e região.

Será ofertado, inicialmente, o total de 400 vagas conforme distribuição apresentada por cidades, regiões e polos.

3.4. Objetivo do Curso

Objetivo Geral:

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

Objetivos específicos:

Os objetivos específicos do curso são:

- I. Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.
- II. Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.
- III. Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.
- IV. Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.
- V. Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.
- VI. Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.
- VII. Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes

situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

3.5. Perfil Profissional

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

- I. **epistemológica**: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- II. **profissionalizante**: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

3.6. Competências, atitudes e habilidades

Esta proposta curricular está norteada pelas competências e habilidades conforme as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de bacharelado em administração. O currículo do curso está elaborado de maneira a desenvolver as seguintes competências e habilidades.

- a) capacidade de expressar-se escrita e oralmente com clareza e precisão.
- b) capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares.
- c) capacidade de compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas.
- d) capacidade de aprendizagem continuada, sendo sua prática profissional também fonte de produção de conhecimento.
- e) habilidade de identificar, formular e resolver problemas na sua área de aplicação, utilizando rigor lógico-científico na análise da situação-problema.
- f) estabelecer relações entre a administração e outras áreas do conhecimento.
- g) conhecimento de questões contemporâneas.
- h) participar de programas de formação continuada.
- i) realizar estudos de pós-graduação.

No que se refere às competências e habilidades o egresso do curso de Administração Pública estará apto a:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação, da avaliação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;
- III. empreender e promover transformações de forma interdisciplinar compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

3.7. Perfil de Egresso

O curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública ofertado pela Universidade Federal do Tocantins está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, da linha de formação específica, dos seminários temáticos, do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.

Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o Curso Bacharelado em EaD em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

3.8. Organização Curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração:

- I. Conteúdos de Formação Básica – relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as

tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Introdução à Economia; Sociologia Organizacional; Economia Brasileira; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Ciência Política; Contabilidade Geral; Macroeconomia; Contabilidade Pública; Instituições de Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Direito Administrativo; Negociação e Arbitragem; Auditoria e Controladoria; e Políticas Públicas e Sociedade.

- II. Conteúdos de Formação Profissional – relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços, por meio das disciplinas: Teorias da Administração I e II; Organização, Processos e Tomada de Decisão; Elaboração e Gestão de Projetos; Orçamento Público; Administração Estratégica; Teorias da Administração Pública; Teoria das Finanças Públicas; Planejamento e Programação na Administração Pública; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Operações e Logística I e II; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Gestão da Regulação; Relações Internacionais; e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.
- III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias – abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à Administração; Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.
- IV. Conteúdos de Formação Complementar – estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos, atividades complementares e nas disciplinas Informática para Administradores; Redação Oficial; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Seminário Integrador, Seminário Temático I, II e III; Seminário Temático I, II, III e IV das Linhas de Formação I, II e III.

As disciplinas Eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima, de acordo com as respectivas ementas.

3.8.1. Diretrizes Curriculares do Curso

Adicionalmente, as diretrizes curriculares devem servir também para a otimização da estruturação modular dos cursos, com vistas a permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados.

O currículo deve assegurar o desenvolvimento de conteúdos dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional da área da gestão pública, de acordo com o perfil, competências e habilidades anteriormente descritos, levando-se em consideração as orientações apresentadas para a estruturação do curso.

As disciplinas que integram a matriz curricular estão distribuídas em oito módulos e são de natureza:

- I. Obrigatória – que garantem o perfil desejado para o egresso, totalizando 2400 horas.
- II. Optativa – que, totalizando 180 horas, compreende: 60 horas relativas às disciplinas: Informática para Administradores, Redação Oficial ou Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ofertadas nos Módulos I, II ou III; e 120 horas relativas às disciplinas que integram uma das linhas de formação específica do curso.

Além das atividades regulares, estão previstas 120 horas de atividades chamadas "de formação", atividades de caráter científico-cultural que visam fornecer ao aluno uma maior inserção no meio acadêmico, onde compartilhará seus conhecimentos com os colegas e professores. Essas atividades são regulamentadas pela resolução número 009/2005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

O curso fora estruturado com um material comum e materiais optativos complementares que serão utilizados de forma flexível de acordo com as características e peculiaridades da UFT. Atendendo a essa flexibilidade e, também, ao referencial teórico indicado anteriormente, optou-se pela construção de objetos de aprendizagem de pequenas dimensões que podem estar em diferentes mídias (textos, atividades, simulações, vídeos etc.) compondo uma estrutura em rede que pode ser chamado de "hipertextual".

Essa estrutura tem sido denominada "granular" por permitir um permanente rearranjo dos materiais disponíveis e por propiciar fácil intercâmbio. Com essa estrutura, um mesmo objeto de aprendizagem pode ser demandado em diferentes momentos do currículo, fazendo-se as tão necessárias inter-relações entre os campos de conhecimento.

A diversificação pode ocorrer tanto com relação ao conteúdo, como com relação à mídia, permitindo a inserção de tecnologias que sejam disponíveis para grupos concretos de alunos ou mesmo para todos os alunos atendidos pela UFT. Essa diversificação garantirá que um fator limitante ao acesso tecnológico de determinado grupo de alunos não seja crítico ao aprendizado, havendo indicações para intercâmbio e substituição de mídias, vídeos, CD-ROM, DVD, Internet, livros.

3.8.2. Organização do período letivo

O período letivo é semestral e será desenvolvido ao longo de 18 semanas, distribuídas da seguinte forma:

- i) Dois módulos por semestre trabalhados em 9 semanas cada, com no máximo três disciplinas por módulo. O aluno terá que estar presente nos finais de semana no polo para o desenvolvimento das atividades presenciais, com frequência mínima de 75%, e durante a semana ele desenvolverá as atividades a distância propostas pelo professor da disciplina.
- ii) Desenvolvidas ao longo do semestre com o máximo de cinco disciplinas.

As atividades presenciais serão desenvolvidas pelo tutor presencial, orientado pelo professor da disciplina, por meio do material impresso, arquivos em PDF, vídeo conferência, web, vídeos em (DVD, CD-ROM) ou mesmo em uma visita do docente ao polo. As atividades à distância, serão acompanhadas preferencialmente pelo tutor à distância, podendo também ser orientado pelo tutor presencial, supervisionado pelo professor da disciplina. Essas atividades desenvolvidas a distância serão sequência das atividades desenvolvidas presencialmente e devem ocorrer por meio das mesmas mídias usadas nas atividades presenciais, com ênfase nas atividades propostas na *web*.

Cada disciplina terá que realizar no mínimo duas avaliações presenciais aplicadas no polo durante a realização do módulo com as datas pré-definidas entre a coordenação e o professor da disciplina. Essas avaliações serão somativas e deverão representar 70% da nota

da disciplina. Os outros 30% que comporão a nota final da disciplina serão obtidos por meio de atividades realizadas a distância definidas pelo professor da disciplina.

Para os alunos que apresentarem desempenho insatisfatório (média parcial igual ou superior a 4,0 e inferior a 7,0) haverá duas semanas, ao final do segundo módulo, para a realização de estudos de reforço e da avaliação final (Exame Final). Neste período de reforço, haverá conteúdo específico preparado pelo professor de cada disciplina e disponibilizado na *web*, com o acompanhamento do tutor presencial e também do tutor a distância. Sendo que a primeira semana após o término do segundo módulo será destinada a recuperação das disciplinas do primeiro módulo e a segunda semana será destinada às disciplinas do segundo módulo.

Caso o aluno não consiga obter nota satisfatória para a aprovação na disciplina, mesmo depois do período de reforço, e fique reprovado ele terá que ficar em regime de dependência que será cursado depois do final do semestre (período de férias). Serão ofertadas todas as disciplinas daquele semestre em regime de dependência e o aluno terá o direito de cursar todas aquelas em que não obteve aprovação. A metodologia de desenvolvimento das disciplinas em regime de dependência será feito de forma semelhante ao desenvolvimento durante o semestre, o professor da disciplina será responsável pelas atividades presenciais e a distância que serão acompanhadas pelo tutor presencial e a distância. As atividades realizadas a distância terão valor de 30% da nota da disciplina da dependência e uma avaliação presencial terá valor de 70% da nota final.

O aluno reprovado na disciplina de dependência terá que aguardar uma nova oferta da disciplina no polo onde está matriculado ou cursá-la em outro polo em que haja oferta daquela disciplina no mesmo curso ou em outro curso em que a disciplina seja equivalente na carga horária e na sua ementa.

3.8.3. Carga horária de estudo por parte dos alunos

A carga horária de estudo a ser dedicada por cada aluno deverá ser distribuída dentro de cada disciplina com 40% de autoestudo, 30% de aula no polo e 30% de mediação digital.

A carga horária destinada ao autoestudo poderá ser realizada pelo aluno presencialmente ou a distância e será organizada de acordo com as necessidades de cada um. A porcentagem da carga horária destinada as aulas no polo será realizada nos finais de semana e será verificada pelo tutor presencial com o registro da frequência de cada aluno. A mediação digital *online* (via internet) será feita por meio do ambiente virtual de

aprendizagem, com atividades à distância, que serão acompanhadas pelo tutor presencial, pelo tutor à distância e professores da referida disciplina.

3.8.4. Estrutura Curricular

A respeito da carga horária, esta será associada a um sistema a ser definido de créditos de educação à distância e corresponde ao número estimado de horas de estudo, por semana, necessário ao acompanhamento e cumprimento da componente curricular. Para a estimativa deste número por semestre levou-se em conta o grau de aprofundamento e a extensão dos conteúdos propostos, bem como o semestre em que se prevê que a componente curricular seja cursada: considera-se que, no primeiro ano, os alunos tenham mais dificuldade em cursar os componentes curriculares que no segundo ano e assim por diante.

3. Proposta curricular para o Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública

3.1 ESTRUTURA CURRICULAR

Curso: Bacharelado em EaD em Administração Pública - Vigência: 2013/2

Carga Horária Total: 3.000

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso Bacharelado em EaD em Administração Pública está representada abaixo:

Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária

Conteúdos	Créditos	Carga Horária	%
Disciplinas Obrigatórias	160	2.400	80,0
- Conteúdos de Formação Básica (FB)	56	840	28
- Conteúdos de Formação Profissional (FP)	62	930	31
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	20	300	10
- Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (EQT)	12	180	06
- Conteúdos das Disciplinas Eletivas	10	150	05
Disciplinas Optativas	12	180	06
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	08	120	04

- Disciplina Optativa	04	60	02
Estágio Supervisionado	20	300	10
Atividades Complementares	08	120	04
Carga Horária Total do Curso	200	3.000	100

Outra forma de apresentar a distribuição da carga horária do curso recai sobre a ótica da administração geral ou pública, de acordo com o conteúdo e aplicações conferidos a cada disciplina. O quadro a seguir sintetiza esta distribuição.

Conteúdos por Área	Créditos	Carga Horária	%
Administração Geral	98	1470	49
- Disciplinas Obrigatórias	94	1.410	47
- Disciplinas Optativas	04	60	02
Administração Pública	84	1260	42
- Disciplinas Obrigatórias	56	840	28
- Disciplinas Optativas (Linha de Formação Específica)	08	120	04
- Estágio Supervisionado	20	300	10
Atividades Complementares e Disciplinas Eletivas	18	270	09
Total do Curso	200	3000	100

As disciplinas que integram a matriz curricular do Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública da Universidade Federal do Tocantins estão especificadas na tabela a seguir:

Matriz Curricular - Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública

Nº	Disciplina	Nº CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
1	Administração Estratégica	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Auditoria e Controladoria	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
3	Ciência Política	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
4	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
5	Contabilidade Pública	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
6	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
7	Economia Brasileira	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
8	Elaboração e Gestão de Projetos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
9	Eletivas das IPES I	2	30	FC	Geral	Obrigatória
10	Eletivas das IPES II	4	60	FC	Geral	Obrigatória
11	Eletivas das IPES III	4	60	FC	Geral	Obrigatória
12	Estatística Aplicada à Administração	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
13	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
14	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FC	Geral	Obrigatória
15	Gestão da Regulação	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
16	Gestão de Operações e Logística I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
17	Gestão de Operações e Logística II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
18	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
19	Informática para Administradores	4	60	FC	Geral	Optativa
20	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória

21	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
22	Legislação Tributária e Comercial	4	60	FB	Geral	Obrigatória
23	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
24	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	60	FC	Geral	Optativa
25	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
26	Matemática para Administradores	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
27	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	4	60	FC	Geral	Obrigatória
28	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
29	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
30	Planejamento e Programação na Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
31	Políticas Públicas e Sociedade	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
32	Organização, Processos e Tomada Decisão	4	60	FP	Geral	Obrigatória
33	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
34	Redação Oficial	4	60	FC	Geral	Optativa
35	Relações Internacionais	4	60	FC	Geral	Obrigatória
36	Seminário Integrador	2	30	FC	Geral	Obrigatória
37	Seminário Temático I	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
38	Seminário Temático II	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
39	Seminário Temático III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
40	Seminário Temático I na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
41	Seminário Temático II na LFE I / LFE II/	2	30	FC	Pub.	Optativa

	LFE III					
42	Seminário Temático III na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
43	Seminário Temático IV na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Optativa
44	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
45	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
46	Tecnologia e Inovação	4	60	FP	Geral	Obrigatória
47	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
48	Teorias da Administração I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
49	Teorias da Administração II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
50	Teorias da Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória

Nota: FB - Conteúdos de Formação Básica; FP - Conteúdos de Formação Profissional; FC - Conteúdos de Formação Complementar e EQT - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias

Fluxo do Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública

<u>1º MÓDULO</u>	<u>2º MÓDULO</u>	<u>3º MÓDULO</u>	<u>4º MÓDULO</u>
330 h/a	330 h/a	330 h/a	330 h/a
Filosofia e Ética	Ciência Política	Teorias da Adm. Pública	Teorias das Finanças Públicas
Teorias da Administração I	Teorias da Administração II	Sociologia Organizacional	Organização, Processos e Tomada Decisão
Introdução à Economia	Macroeconomia	Economia Brasileira	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público
Psicologia Organizacional	Contabilidade Geral	Contabilidade Pública	Estatística Aplicada à Administração
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Matemática para Administradores	Instituições de Direito Público e Privado	Direito Administrativo
Seminário Integrador	Seminário Temático I	Seminário Temático II	Seminário Temático III
	Disciplinas Optativas		Seminário Temático I na LFE II

<u>5º MÓDULO</u>	<u>6º MÓDULO</u>	<u>7º MÓDULO</u>	<u>8º MÓDULO</u>
330 h/a	300 h/a	300 h/a	270 h/a
Planejamento e Programação na Adm. Pública	Orçamento Público	Auditoria e Controladoria	Políticas Públicas e Sociedade
Gestão de Pessoas no Setor Público	Administração Estratégica	Negociação e Arbitragem	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Gestão de Operações e Logística I	Gestão de Operações e Logística II	Tecnologia e Inovação	Relações Internacionais
Matemática Financeira e Análise de Investimento	Elaboração e Gestão de Projetos	Eletiva da IPES II	Eletiva da IPES III
Legislação Tributária e Comercial	Eletiva da IPES I	Gestão da Regulação	
Seminário Temático I na LFE I	Seminário Temático II na LFE I	Seminário Temático III na LFE I	Seminário Temático IV na LFE I
Seminário Temático II na	Seminário Temático III na	Seminário Temático IV na	

LFE II	LFE II	LFE II	
Seminário Temático I na LFE III	Seminário Temático II na LFE III	Seminário Temático III na LFE III	Seminário Temático IV na LFE III
Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	Estágio Curricular Supervisionado IV

3.2 Ementas

As ementas referentes aos módulos da estrutura curricular apresentada constituem-se de:

MÓDULO 1

FILOSOFIA E ÉTICA – 60 horas – 4 créditos

Ementa:

Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e “ética profissional”. Ética e política.

Referências Básicas

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995. (NB: Esta obra, além de ser boa em si, está disponível integralmente em *sites* da Internet).

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Referências Complementares

APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HADOT, Pierre. *O que é filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA – 60 horas – 4 créditos

Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balanço de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.

Referências Básicas

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. *Introdução à economia*(Para Cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Tradução de Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. *Manual de introdução à economia*. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares

GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia* (Edição Compacta). Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. *Economia*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.

METODOLOGIA DE ESTUDO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

Referências Básicas

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry, *et al.* *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia para quem quer aprender*. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCKESI, Carlos *et al.* *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos

Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da psicologia na interface com os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão e conflito. Processo de liderança.

Referências Básicas

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. *Psicodinâmica da Vida Organizacional*. São Paulo: Atlas, 1997.

ZANELLI, José C.; BORGES, Jairo; BASTOS, Antonio V. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. *Psicologia aplicada à administração de empresas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 1996.

LANE, Silvia; CODO, Wanderley. *Psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHEIN, Edgard H. *Psicologia organizacional*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I – 60 horas – 4 créditos

Introdução à Administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e Processo Administrativo. Novas tendências.

Referências Básicas

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Reinaldo O. da. *Teorias da administração*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

Referências Complementares

BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. *Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo*. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CARAVANTES, Geraldo R. *et al.* *Administração: teorias e processos*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. *Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

_____. *Introdução à Teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FARIA, José C. *Administração: introdução ao estudo*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

STONER, James Arthur.F.; FREEMAN, R. Edward. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

SEMINÁRIO INTEGRADOR – 30 horas – 2 créditos

Fundamentos da EAD. Organização de sistemas de EAD: processo de comunicação, processo de tutoria, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

MÓDULO 2

CIÊNCIA POLÍTICA – 60 horas – 4 créditos

O pensamento político clássico: o conceito clássico e moderno da política. Estado e sociedade. Liberalismo e Socialismo. Democracia direta e representativa. Os atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Sufrágio e sistemas eleitorais; Planejamento e tomada de decisões. Decisões políticas, estratégicas, táticas e operacionais, análise política: estudo das categorias, conceitos e problemas básicos da ciência política, tais como: dominação, poder, conflito, autoridade e legitimidade. Política, participação e informação. Sistema político clássico e contemporâneo e sua influência em políticas empresariais. Destacando a importância de seu conhecimento para a Administração e relacionando-os com a realidade política brasileira atual.

Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do Jogo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Referências Complementares

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

LEO MAAR, Wolfgang. *O que é política*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. *Ciência política*. Brasília: Vestcon, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1992.

CONTABILIDADE GERAL – 60 horas – 4 créditos

Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade. Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis. Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil. Análise das informações contábeis.

Referências Básicas

IUDICIBUS, Sérgio *et al.* *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações* (com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. *Contabilidade básica*. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

MACROECONOMIA – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

Referências Básicas

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Referências Complementares

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. *Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira*. São Paulo: Alínea, 2006.

CARVALHO, José L. *et al.* *Fundamentos de economia: Macroeconomia*. v. 1, São Paulo: Cengage Learnin, 2008.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. *Macroeconomia*. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.

Referências Básicas

BOULOS, Paulo. *Cálculo diferencial e integral*. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.

SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. *Matemática básica para decisões administrativas*. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. *Cálculo com aplicações*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

WHIPKEY, Kenneth L.; WHIPKEY Mary Nell. *Cálculo e suas múltiplas aplicações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II – 60 horas – 4 créditos

Escolas e Evolução do Pensamento Administrativo. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional.

Referências Básicas

MARTINS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

Referências Complementares

MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thonsom, 2005.

SALDANHA, Clezio. *Introdução à gestão pública*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Arídioet al. *Sistemas de informação na administração pública*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WREN, Daniel A. *Idéias de administração: o pensamento clássico*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. *Idéias de administração: o pensamento moderno*. São Paulo: Ática, 2007.

SEMINÁRIO TEMÁTICO I – 30 horas – 2 créditos

Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

MÓDULO 3

CONTABILIDADE PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial.

Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

Referências Básicas

MOTA, Francisco Glauber Lima. *Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. Brasília: autor-editor, 2009.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. *Contabilidade Pública: uma Abordagem da Administração Financeira Pública*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Referências Complementares

ANGELICO, João. *Contabilidade Pública*. São Paulo: Atlas, 1994.

CRUZ, Flavio da *et al.* *Comentários à Lei nº 4.320: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*. São Paulo, Atlas: 2008.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. São Paulo, Atlas, 2007.

KOHAMA, Helio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO Jr., J. Teixeira. *A Lei 4.320 comentada*. Rio de Janeiro: IBAM, 1998.

SILVA, Lino Martins. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo*. São Paulo: Atlas, 2004.

SLOMSKI, Valmor. *Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal*. São Paulo: Atlas, 2003.

ECONOMIA BRASILEIRA – 60 horas – 4 créditos

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Referências Básicas

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989)*. 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

WERNER, Baer. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO – 60 horas – 4 créditos

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem.

Referências Básicas

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências Complementares

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Malheiros, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos

A Sociologia e seu objeto de estudos. Conceitos básicos: relação social, estrutura e paradigmas de relacionamento, socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Organização formal e organização informal. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças.

Referências Básicas

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. *Sociologia aplicada à administração*. São Paulo: Saraiva, 2001.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia das organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, 1992.

HERSEY, Paul P.; BLANCHARD, Kenneth H. *Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia geral*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR João Benajamim. *Repensando as organizações*. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

STONER, James A. F. *Administração*. 2.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Referências Básicas

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). *Reforma do estado e da administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências Complementares

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: reestruturação do estado e perda dos direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”. *Revista Gestão & Produção*, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 304-318, Dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais*. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. *O que é burocracia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEMINÁRIO TEMÁTICO II – 30 horas – 2 créditos

Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

MÓDULO 4

DIREITO ADMINISTRATIVO – 60 horas – 4 créditos

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Referências Básicas

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

Referências Complementares

ANTUNES ROCHA, Cármen Lúcia. *Princípios constitucionais dos servidores públicos*. São Paulo: Saraiva, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2005.

ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações. Testes de hipóteses.

Referências Básicas

BRUNI, Adriano Leal. *Estatística aplicada a gestão empresarial*. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. *Estatística para administração e economia*. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Referências Complementares

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. *Estatística básica*. São Paulo: Editora Atual, 2002.

COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. *Estatística*. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.

LARSON, Ron; FARBER, Bruce H. *Estatística aplicada*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LEVINE, David. M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. *Estatística: teoria e aplicações* (usando o Microsoft Excel em português). Rio de Janeiro: LTC editora, 2000.

PEDROSA, Antônio Carvalho; GAMA, Silvério M. A. *Introdução computacional à probabilidade e estatística*. Porto Editora, 2004.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.

Referências Básicas

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. *Gerenciamento de sistemas de informação*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

STAIR, Ralph M. *Sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Referências Complementares

BOAR, Bernard. *Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico*. 2. ed. São Paulo: Berkeley, 2002.

CASSARRO, Antonio Carlos. *Sistema de informações para tomada de decisões*. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAURINDO, Fernando. *Tecnologia da informação: eficácia das organizações*. São Paulo: Futura, 2003.

O'BRIEN, James A. *Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS – 60 horas – 4 créditos

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.

Referências Básicas

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REZENDE, Fernando. *Finanças Públicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

RIANI, Flávio. *Economia do Setor Público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO – 60 horas – 4 créditos

Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.

Referências Básicas

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. *Organização, sistemas e métodos*. São Paulo: Atlas, 2001.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. *Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério*. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares

ARAÚJO. *Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional*. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. *Organização, sistemas e métodos*. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006.

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. *Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão*. São Paulo: Makron Books, 1997.

RAMOS, Guerreiro Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SIMON, Herbert Alexander. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III – 30 horas – 2 créditos

Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

MÓDULO 5

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I – 60 horas – 4 créditos

Evolução e conceitos de **logística** e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

Referências Básicas

BALLOU, Ronald H.. *Logística Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos*. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

Referências Complementares

FRANCISCHINI, Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. *Administração de Materiais e do Patrimônio*. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.

KEEDI, Samir. *Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga*. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. *Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 2003.

POZO, Hamilton. *Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística*. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, João, J. *Administração de Materiais: um enfoque prático*, São Paulo: Atlas, 2008.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.

Referências Básicas

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em Gestão Pública*. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. *Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

ARAÚJO, Luís Cesar G. *Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional*. São Paulo: Atlas, 2006.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. *Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional*. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem*. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E COMERCIAL – 60 horas – 4 créditos

Envolve conceitos sobre Direito Empresarial e sua evolução. Pessoas Físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento Empresarial/Comercial. Obrigações profissionais do Empresário/Comerciante. Sociedades Empresariais/ Comerciais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e Recuperação Judicial. Envolve conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal.

Referências Básicas

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. *Curso de Direito Empresarial*. 2. ed. São Paulo: Jus Podium, 2008.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Referências Complementares

BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito societário*. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. Vol. 2, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

RESTIFFE, Paulo Sérgio. *Manual do novo direito comercial*. São Paulo: Dialética, 2006.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO – 60 horas – 4 créditos

Capitalização simples e composta. Descontos simples e compostos. Equivalência de fluxos de caixa em regimes de capitalização simples e composta. Anuidades ou rendas. Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária. Fluxos de caixa e análise de investimentos. Critérios econômicos de avaliação de projetos: taxa interna de retorno, valor presente líquido e índice de lucratividade.

Referências Básicas

ASSAF NETO, Alexandre. *Matemática Financeira e suas aplicações*. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. *Matemática Financeira*. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ASSAF NETO; LIMA, Francisco Glauber. *Curso de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, Rogério Gomes. *Matemática Comercial e Financeira*. São Paulo: Ática, 2007.

FARO, Clóvis F. *Fundamentos de matemática financeira*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PUCCINI, Abelardo Lima. *Matemática financeira objetiva e aplicada*. São Paulo: Saraiva, 2008.

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

Planejamento e políticas públicas. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema do PPA.

Referências Básicas

IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MATUS, Carlos. *Adeus, senhor presidente: governantes governados*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

Referências Complementares

- CARVALHO, Horácio M. *Introdução à teoria do planejamento*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FERREIRA, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HUERTAS, Franco. *O método PES: entrevista com Matus*. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- LAFER, Betty M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- MATUS, Carlos. *Estratégias políticas*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

SEMINÁRIO TEMÁTICO I NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

MÓDULO 6

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA – 60 horas – 4 créditos

Evolução do pensamento estratégico. Administração Estratégica e Planejamento Estratégico. Vantagens e desvantagens do Processo de Planejamento Estratégico. Etapas do processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: implantação, controle e avaliação do processo de Planejamento Estratégico.

Referências Básicas

- THOMPSON Jr., Arthur A.; STRICKLAND III, Alonzo J. *Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução*. São Paulo: Pioneira, 2000.
- JOHNSON, Guerry; SHOLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. *Explorando a estratégia corporativa*. Porto Alegre: Bookman, 2007.

Referências Complementares

- HITT, Michel A.; IRELAND, R. Duane.; HOSKISSON, Robert E. *Administração estratégica: competitividade e globalização*. São Paulo: Thompson, 2008.

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS – 60 horas – 4 créditos

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

Referências Básicas

CLEMENTE, Ademir (Org.). *Projetos empresariais e públicos*. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Referências Complementares

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. *Gerenciamento de projetos na prática* (casos brasileiros). São Paulo: Atlas, 2006.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. *Gestão de projetos*. São Paulo: Thomson, 2007.

CONTADOR, Cláudio R. *Projetos sociais: avaliação e prática*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. *Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PMI. PMI-BOK – *Book of Knowledge*. Trad. Equipe PMI-MG. Belo Horizonte: PMI/MG, 2002.

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA II – 60 horas – 4 créditos

Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço.

Referências

ARNOLD Jr., Tony. *Administração de materiais: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1999.

JOHNSTON, Robert; CLARK, Graham. *Administração de Operações de Serviço*. São Paulo: Atlas, 2002.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. *Administração de Serviços*. Porto Alegre: Bookman, 1998.

SLACK. Nigel *et al.* *Administração da Produção*. São Paulo: Atlas, 2002.

ORÇAMENTO PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Referências Básicas

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. *Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal*. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. *Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Madrid, España, 2004. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>>.

FREITAS, Mário S. N. *Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados*. Salvador, 2003. Disponível em: <http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf>.

GARCIA, Ronaldo C. *Subsídios para Organizar a Ações da Ação Governamental*. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_apoio_ronaldo_garcia.pdf>.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. *Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil: planejamento e políticas públicas*, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

SOUZA, Alexandre B. *Planejamento Governamental no Brasil*. Brasília: Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page16.html>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

ELETIVA I – COMÉRCIO INTERNACIONAL - 30 horas – 2 créditos

O objetivo deste curso é apresentar o comércio internacional como parte do sistema de relações internacionais. Serão discutidos os principais conceitos e as orientações teóricas que procuram interpretar o significado e o sentido dos fluxos comerciais entre os países e regiões do mundo.

Referência Básica e Complementar

KRUGMAN, P.R. & OBSTFELD, M. Economia Internacional. Teoria e Política.

CARVALHO, Maria Auxiliadora e SILVA, César R. L. Economia Internacional. São Paulo: Saraiva, 2000.

VASQUEZ, José L. Comércio Exterior Brasileiro: SISCOMEX – Importação e Exportação. 3 ed. São Paulo, 1998.

SEMINÁRIO TEMÁTICO II NA LFE I, LFEII ou LFEIII – 30 horas – 2 créditos

Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

MÓDULO 7

AUDITORIA E CONTROLADORIA – 60 horas – 4 créditos

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.

Referências Básicas

CRUZ, Flávio da. *Auditoria governamental*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBURGER, Darci. *Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão*. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. *Manual de auditoria governamental*. São Paulo: Atlas, 2003

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. *Controle interno nos municípios*. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

SLOMSKY, Valmor. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Gerson dos. *Manual de administração patrimonial*. Florianópolis: Papa-livro, 2003.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade governamental*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GESTÃO DA REGULAÇÃO – 30 horas – 2 créditos

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da Concorrência. O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).

Referências Básicas

PINDICK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

MOLL, Luiza Helena. *Agências de regulação do mercado*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

Referências Complementares

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *A organização e controle social das agências reguladoras: crítica aos anteprojetos de lei*. Porto Alegre: ABAR, 2004.

CAMARGO, Ricardo A. L. *Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro*. Porto Alegre: Fabris, 2000.

SALGADO, Lucia H. *A economia política da ação antitruste*. São Paulo: Singular, 1997.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, Economia e mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6 – Regulação dos Serviços Públicos.

NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM – 60 horas – 4 créditos

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

Referências Básicas

CARMONA, Carlos A. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96*. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINELLI, Dante P.; GHISI, Flávia A. *Negociação: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica*. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares

BURBRIDGE, R. Marc *et al.* *Gestão de negociação*. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHAL, Eugênio do *et al.* *Negociação e administração de conflitos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FALJONE, Ademar. *Negociações sindicais: como negociar em tempos de globalização*. São Paulo: Makron Books, 1998.

HIRATA, Renato H. *Estilos de negociação*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAGRO, Maíra; BAETA, Zínia. *Guia valor econômico de arbitragem*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TICs em foco.

Referências Básicas

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (Orgs.). *Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos*. São Paulo: Atlas, 2008.

TIGRE, Paulo Bastos. *Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Referências Complementares

BRUNO, Lúcia (Org.) *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

TARAPANOFF, Kira (Org.) *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: Editora UNB, 2001.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ELETIAVA II – RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR - 60 horas – 4 créditos

Estudo das práticas educativas desenvolvidas no terceiro setor da sociedade civil e as práticas de responsabilidade social.

Referências Básicas e Complementares

DRUKER, Peter Ferdinand. Administração de organizações sem fins lucrativos – princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

DOMINGOS, Armani. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Coord.) Gestão Social – metodologia e casos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

MÓDULO 8

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE – 60 horas – 4 créditos

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental

Referências Básicas

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson; SATTERTHWAITTE, David. *Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. *Gestão Socioambiental Estratégica*. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

Referências Complementares

BIDERMAN, Rachel *et al.* *Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2009.

BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas: Papirus, 2003.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS L. Hunter. *Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial*. São Paulo: Cultrix, 1999.

QUINTAS, José Silva. *Introdução à Gestão Ambiental Pública*. Coleção Meio Ambiente – Série Educação Ambiental. IBAMA, Brasília, 2002.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE – 60 horas – 4 créditos

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. Histórico do Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não-decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI. Liberalismo, social democracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática.

Referências Básicas

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). *Políticas Públicas*. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 2. 2006. Disponível em: <www.enap.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2009.

Referências Complementares

DAGNINO, Eveline. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 60 horas – 4 créditos

Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais como as organizações internacionais e não-governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

Referências Básicas

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são relações internacionais*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Referências Complementares

PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salette (orgs.). *Terrorismos*. São Paulo: Educ, 2006.

RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). *Cidades em relações internacionais*. São Paulo: Desatino, 2009.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). *Dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ELETIVA III - FONTES DE FINANCIAMENTO PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Estudo das fontes de financiamento do setor público nas diferentes esferas da administração pública: Fontes de financiamento; Como acessar as fontes e instrumentalidade das fontes.

Referências Básicas e Complementar

Treuherz, Rolf M. S.Paulo 1a. Ed. Administracao Da Divida Publica Pioneira 1979

Brandao, Carlos & Arida, Pesio R.J Deficit Publico E Renegociacao Da Divida (Cadernos De Debates, No. 28) Andima Jun./86

Oliveira, Joao Carmo Bsb 1a. Ed. Deficit Dos Orcamentos Publicos No Brasil, Conceitos E Problemas De Mensuracao. Seplan/Unb 1986

Correa, Jose Rubem R.J 1a. Ed. "open-market" - Mercado Aberto, Conceitos E Mecanica De Funcionamento. Freitas Bastos 1979

Riani, Flavio Atlas 1a. Ed. Economia Do Setor Publico. Atlas 1986

Eckstein, Otto. R.J 2a. Ed. Economia Financeira. Zahar 1971

SEMINÁRIO TEMÁTICO IV NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

REDAÇÃO OFICIAL – 60 horas – 4 créditos

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

Referências Básicas

BRASIL.Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. *Manual de Redação*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

Referências Complementares

BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de comunicação escrita*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FLORES, Lúcia Locatelli. *Redação oficial*. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

GOLD, Mirian. *Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. *Correspondência: técnicas de comunicação criativa*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. *Padronização e redação dos atos oficiais*. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2003.

INFORMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos

Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de

modelagem de dados. Bancos de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.

Referências Básicas

NORTON, Peter. *Introdução à informática*. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.

STAIR, Ralph M. *Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

Referências Complementares

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. *Sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. *Sistemas de informação com Internet*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.

O'BRIEN, James A. *Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2003.

REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. *Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TURBAN, Efraim; RAINER Jr., R. Kelly, POTTER, Richard E. *Administração de tecnologia da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – 60 horas – 4 créditos

Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: noções básicas de fonologia, de morfologia e de sintaxe. Estudos do léxico da Libras. Noções de variação. Praticar Libras.

Referências Básicas e Complementares

BRITO, Lucinda Ferreira. *Por uma Gramática de Línguas de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CASTRO JUNIOR, Gláucio de. *Variação Linguística em Língua de Sinais Brasileira: foco no léxico*. Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB, 2011.

COUTINHO, Denise. *LIBRAS e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças*. João Pessoa: Arpoador, 2000.

FELIPE, Tânia A. *Libras em Contexto*. Brasília: MEC/SEESP, 7ª edição, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria de Educação Especial. *Língua Brasileira de Sinais*. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Brasília: MEC, 2005.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças, Porto Alegre: Mediação, 1998.

STRNADOVÁ, Vera. Como é Ser Surdo. Petrópolis, RJ: Babel Editora, 2000.

DISCIPLINAS ELETIVAS

Empreendedorismo Governamental

Fundamentos do Empreendedorismo – definição e origem; migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; empreendedorismo privado x público; razões do empreendedorismo. Gestão Empreendedora – análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações; casos de sucesso; gestão por resultados; Perfil e Comportamento Empreendedor – síndromes, mitos, características, habilidade inata ou comportamento aprendido, empreendedor e intraempreendedor, e empreendedor estratégico.

Referências Básicas

GERBER, Michael E. *Empreender Fazendo a Diferença*. São Paulo: Fundamento, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. *Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

Referências Complementares

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

BANDEIRA, Cynthia. *Aprender a Empreender*. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. *Empreendedorismo e Estratégia*. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. *Safári de estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SOLOMONCA, Davi. *Gestão por Resultados na Administração Pública*. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

Gestão da Qualidade no Setor Público

Considerações sobre o setor público. Qualidade: conceitos e princípios. Planejamento e controle da qualidade. Ferramentas. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.

Referências Básicas

CAMPOS, Vicente Falconi. *Gerência da qualidade total*. Rio de Janeiro: Bloch, 1990.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. *Administração de serviços*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

Referências Complementares

CAMPOS, Vicente Falconi. *TQC: gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia*. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Engenharia, 1994.

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. *Gestão de serviços*. São Paulo: Atlas, 2002.

DEMING, W. Edwards. *Qualidade: a revolução da administração*. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990.

DEMING, William. Edwards. *Saia da crise: as 14 lições definitivas para controle de qualidade*. São Paulo: Futura, 2003.

JURAN, Joseph M; GRZYNA, Frank M. *Controle da qualidade*. São Paulo: Makron: McGraw-Hill, 1991.

_____. *A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços*. São Paulo: Pioneira, 1992.

LOVELOCK Christopher; WRIGHT Lauren. *Serviços: marketing e gestão*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHMENNER, Roger W. *Administração de operações em serviços*. São Paulo: Futura, 1999.

Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública

Conceito, gênese e tipos de redes, modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação, redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

Referências Básicas

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. (Orgs.) *Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (Org.). *Governar em rede: o novo formato do setor público*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. (Esta é uma publicação da ENAP).

Referências Complementares

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, TomasSparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (Orgs.). *Redes Sociais e Organizacionais em Administração*. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. *Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FLEURY, Sonia; OUVÉNEY, Assis M. *Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde*, Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NETO, João Amato. *Redes Entre Organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHLITTLER, Célia Regina Belizia. *Redes de Desenvolvimento Comunitário: Iniciativas para a transformação social*. São Paulo: Global Editora, 2004.

Análise e Prospecção de Problemas Nacionais

Problemas Nacionais contemporâneos: métodos de identificação, caracterização, análise e prospecção. Políticas públicas para abordagem dos Problemas Nacionais: interdependência e interfaces entre Poderes e níveis de governo. Temas em destaque: desigualdades sociais e pobreza; a questão ambiental e da Amazônia e seu caráter estratégico; a Reforma Sanitária, o Sistema Único de Saúde e dilemas na sua implementação; Educação para a Cidadania: acessibilidade e qualidade.

Referências Básicas

SANCHES Ross, Jurandyr. *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP 2005.

VIANA, Ana Luiza, ELIAS, P. Eduardo, IBÁÑEZ, Nelson (Orgs.). *Proteção Social: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec, 2005.

Referências Complementares

BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio; ALVES, Diógenes (Orgs.) *Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação*. São Paulo: Edusp, 2009.

BEHRING, Elaine B.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora. 2008.

CAMPOS, André; AMORIM, Ricardo; GARCIA, Ronaldo (Eds.). *Brasil: o estado de uma nação*. IPEA: Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_estadonacao2007.pdf>. Acesso em: 9abr. 2009.

JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

LIMA, Nísis Trindade et al (Org.). *Saúde e Democracia*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

RIGOTTO, Márcia Elisa; SOUSA, Nali de Jesus de. *Evolução da Educação no Brasil*. Rev. Anal. Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago-dez, p. 339-358. 2005. Disponível em: <http://www.nalijSouza.web.br.com/educacao_brasil.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2009.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. 5. ed. Editora Autores Associados, 1998.

SENA, Paulo. *A legislação do Fundeb*. Cadernos de Pesquisa, vol.38 n.134 São Paulo may/aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742008000200004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 9 abr. 2009.

SCHEINVAR, Estela; ALGEBAILÉ Eveline (Orgs.). *Conselhos participativos e escola*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SICSÚ, João (Org.). *Arrecadação – de onde vem? E Gastos Públicos – para onde vão?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. *A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, 1998.

Licitação, Contratos e Convênios

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

Referências Básicas

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo, Atlas, 2009.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Eficácia nas licitações e contratos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

Referências Complementares

CRUZ, Flávio da (Coord). *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. Atualização de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

DISCIPLINA DE NIVELAMENTO

MATEMÁTICA BÁSICA – 60 horas – 4 créditos

Conjuntos e Relações. Potenciação, Radiação, Logaritmo e Exponencial. Produtos Notáveis. Razão, Proporção e Porcentagem. Frações. Equações de 1º e 2º graus. Inequações de 1º grau. Aplicações.

Referências Básicas

LEITHOLD, Louis. *Matemática Aplicada à Economia e Administração*. São Paulo: Harbra, 1988.

BEZERRA, Manoel J.; PUTNOKI, José Carlos. *Novo Bezerra: Matemática (2º Grau)*. Volume Único. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

Referências Complementares

WEBER, Jean E. *Matemática para Economia e Administração*. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986.

ALENCAR FILHO Edgar de. *Teoria Elementar dos conjuntos*. 15. ed. São Paulo: Nobel, 1974.

3.3 Interface Pesquisa, Extensão e Ensino.

Pesquisa

O curso oportunizará aos estudantes desenvolver atividades de pesquisas e extensão que subsidiarão o ensino do curso. Nos Campus da UFT são desenvolvidas, atualmente, pesquisas em várias áreas do conhecimento, alguns professores que a princípio compõem o quadro estão organizados em grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ, o que comprova a capacidade dos atuais docentes, que farão parte do novo curso. Haverá um forte incentivo para inserir os alunos do curso no programa de pesquisas fortalecendo assim a pesquisa realizada na Universidade. Existe também o interesse em realizar pesquisas aplicadas nos

laboratórios da UFT e outras instituições da região. Os resultados das pesquisas serão divulgados em forma de artigos publicados em revistas indexadas, memórias de congressos científicos e outros tipos de publicações, como já são feito atualmente pelos professores que compõem o quadro. Como resultados das pesquisas também são publicados comunicados técnicos, proferidas palestras, minicursos dentre outras formas de divulgação.

Extensão

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade, sendo uma via de mão-dupla com trânsito, assegurando à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

A Extensão na UFT coloca-se como prática acadêmica, que objetiva interligar a Universidade em suas atividades de Ensino e Pesquisa, com as demandas da sociedade, reafirmando o compromisso social da Universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento socioeconômico. A Extensão deve contribuir para o desenvolvimento de um processo pedagógico participativo, possibilitando um envolvimento social com a prática do conhecimento e, na sua interface com a pesquisa, deve responder cientificamente às demandas suscitadas pela comunidade.

A Extensão proposta pelo curso compreende iniciativas de educação continuada, prestação de serviços e Ação Comunitária como princípios inerentes aos processos de Ensino e de Pesquisa, promovendo a parceria entre Universidade, Comunidade e outras instituições congêneres.

As políticas de Extensão fundamentar-se-ão numa concepção de universidade compreendida pela indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, favorecendo o exercício da cidadania e as participações críticas, fortalecendo políticas que assegurem os

direitos humanos, bem como a construção de processos democráticos geradores de equidade social e equilíbrio ecológico.

A Extensão ainda favorece o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, apontando para práticas coletivas que sejam integrais na sua relação pessoal, mobilizadoras nas suas opções ética e cidadã e comprometidas com suas ações políticas e sociais.

3.4 Interface com programas de fortalecimento do ensino

Os estudantes do Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública poderão ser inseridos em diversos programas com ou sem bolsa remunerada.

- **Bolsa de Monitoria**

Destinada aos alunos de excelente desempenho na disciplina escolhida, nos semestres anteriores, com o objetivo de colaborar com o professor nas disciplinas e ajudar no aprendizado dos estudantes com dificuldade na referida disciplina.

- **Bolsa de Iniciação Científica**

Destinadas aos estudantes de bom desempenho acadêmico, que tenham interesse em se vincular mais estreitamente aos programas de pesquisa da Universidade. Durante o curso, os estudantes podem se envolver em diversos programas, e conseguir bolsas de iniciação científica, que são oferecidas pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), UFT e FAPTO.

- **PIVIC**

Os estudantes que não conseguirem bolsa, também poderão se envolver em programas de pesquisa da Universidade voluntariamente. Ao final do programa o estudante poderá melhorar seu currículo da mesma forma que um estudante bolsista.

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID**

O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

• O Programa de Educação Tutorial (PET)

O programa foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica.

3.5 Interface com atividades científicas - acadêmicas e culturais

A universidade e a cidade oferecem possibilidades de visitas de cunho acadêmico e cultural em todas as áreas de estudo. Para isto, possui veículos para transportar os alunos, possibilitando tais visitas. As atividades de práticas laboratoriais, bem como biblioteca, poderão enriquecer o conhecimento adquirido pelo estudante nas aulas, além do apoio do corpo docente e dos monitores. Os estudantes também poderão realizar estágios nos órgãos rede pública municipal, estadual ou federal.

3.5.1 Prática, Estágio Curricular e TCC

O estágio supervisionado, totalizando 300 horas correspondentes a 10% do total de carga horária do curso, será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio da Universidade da Federal do Tocantins - UFT. As atividades de Estágio Supervisionado serão realizadas durante os Módulos V, VI, VII e VIII, por meio das pesquisas e práticas profissionais integradas aos Seminários Temáticos I, II, III e IV. Assim, Pesquisa e Estágio caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

Ressalta-se que a organização e funcionamento do estágio curricular serão acompanhados e normatizado conforme Resolução 03/2005 do CONSEPE.

3.5.2 Orientações Gerais para a Prática e Estágio Curricular Supervisionado

Perceber as diferentes dimensões do contexto, analisar como as situações se constituem e compreender como a atuação pode interferir nelas é um aprendizado permanente, na medida em que as questões são sempre singulares e novas respostas precisam ser construídas. A competência do profissional administrador é, justamente, sua capacidade de

criar soluções apropriadas a cada uma das diferentes situações complexas e singulares que enfrenta como administrador ou gestor público no âmbito federal, estadual ou municipal ou em quaisquer outras organizações voltadas para atender o interesse público.

De acordo com o art. 1º. da Lei nº 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008 o Estágio Curricular,

é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio curricular enquanto vivência didático-pedagógica tem significado ao promover o desenvolvimento de atividades de aprendizagem que proporcionam experiência ao profissional de administração voltadas para a competência técnico-científica nos diferentes contextos organizacionais do setor público.

As dimensões do estágio supervisionado

O Estágio é outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica. Estágio é o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio supervisionado. Trata-se, pois, de um momento de formação profissional seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa do formando em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. A Resolução CNE 4/2005 sinaliza que:

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Tendo como objetivo, junto com a prática de ensino, a 'relação teoria e prática social' tal como expressa o Art. 3º, § 1º da lei 11.788/2008 o estágio, como ato educativo escolar supervisionado “deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.”

Dessa forma, o estágio se caracteriza por uma relação ensino-aprendizagem mediada pela ação do professor-formador, que se dá pelo exercício direto in loco ou pela participação do discente em ambientes próprios da área profissional, objeto da sua formação.

Estágio Curricular não obrigatório

A Lei de Número 11.788, de 25 de setembro de 2008, a nova lei do estágio, regulamenta e normatiza os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios. Os acadêmicos do curso de Bacharelado em Administração Pública, terão que cumprir as 300 horas de estágio obrigatório, descritas anteriormente neste PPC, mas também poderão ter a oportunidade de realizar o estágio não obrigatório. As atividades do estágio não obrigatório proporcionam ao acadêmico, aprendizagens profissional, social e cultural, na participação em atividades de trabalho vinculadas à sua área de formação acadêmica profissional. O estágio é a oportunidade de unir a teoria adquirida em sala de aula condicionada à prática do cotidiano da vida profissional, além de mostrar ao acadêmico outras possibilidades que a sua área de formação pode lhe proporcionar. Os estágios podem ser realizados no próprio centro universitário ou em empresas e instituições conveniadas, sob a orientação da coordenação de estágio da UFT.

Para que o acadêmico possa realizar o estágio curricular não obrigatório, é necessário que ele esteja matriculado e com frequência efetiva no curso de graduação correspondente à área de atuação.

3.5.3 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Para a conclusão do curso, o bacharel, a partir das suas vivências e experiências e impressões com a administração pública, deverá estruturar e apresentar um trabalho monográfico sobre tema pertinente aos conteúdos da sua formação específica. Este trabalho poderá basear-se análise da ação de administrar, de dirigir os negócios públicos, levantando-se questionamento ou propondo soluções. Como Trabalho de Conclusão de Curso, o bacharel poderá ainda elaborar projetos de investigação de temas específicos do Curso com aplicações na esfera administrativa pública.

O trabalho de graduação consiste na elaboração, pelo aluno do Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública, de trabalhos científicos e/ou técnicos relacionados com atividades da administração pública apresentados na forma de pesquisa e/ou projeto. O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivos:

- Promover maior consolidação de conhecimentos adquiridos durante o Curso.
- A produção e a veiculação do conhecimento.
- Capacitar o estudante para o desenvolvimento de trabalhos de caráter científico e tecnológico.
- Contribuir para o desenvolvimento da autonomia necessária à aquisição de conhecimento.
- Desenvolver a capacidade de criação e inovação com a aptidão para a pesquisa.
- Propiciar ao aluno conhecimento científico e tecnológico atualizado.

O trabalho de graduação é obrigatório para obter o grau de Bacharel em Administração Pública, o trabalho de conclusão de curso a ser apresentado deverá ser baseado em um relatório elaborado de acordo com a normas NBR17724-2002.

No Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública, o aluno, tendo concluído a disciplina Estágio II, deverá entregar à Coordenação do Curso, antes do início do 8º semestre, seu Projeto de TCC. No 8º semestre, ocorrerão as atividades de orientação e apresentação pública, o orientador será indicado em reunião do Colegiado do Curso. O TCC será avaliado considerando-se a qualidade do trabalho escrito e a apresentação oral.

O aluno apresentará seu TCC antes do final do 8º semestre, na apresentação oral do TCC, fará uma exposição resumida do trabalho, acompanhada ou não de recursos audiovisuais, no prazo máximo de 20 minutos. A banca examinadora será composta por três membros (sendo, um destes, o professor orientador), com titulação mínima de graduado,

definidos conjuntamente pelo professor orientador e orientando, levando-se em consideração a adequação quanto ao tema do trabalho. Os professores-avaliadores atribuirão notas de 0(zero) a 10(dez) com intervalos de meio ponto a cada aluno. A nota final será a média aritmética dos avaliadores. Serão aprovados os estudantes que obtiverem média igual ou maior que 6,0 (seis). Os estudantes que obtiverem no inferior a 6,0 (seis) serão considerados reprovados e deverão ter seus TCC refeitos sob novo processo de orientação no semestre seguinte.

3.5.4 Atividades Complementares

As atividades complementares compreendem 120 horas, correspondentes a 4% da carga horária total do curso e serão regulamentadas pela Universidade Federal do Tocantins – UFT.

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares são enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando e tem por finalidade propiciar ao discente a oportunidade de realizar, em prolongamento às disciplinas do Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública, uma trajetória particular que lhe permita enriquecer os conhecimentos propiciados pela vida acadêmica. Não se caracteriza como atividade complementar: disciplinas do curso, atividades realizadas nas disciplinas do curso, realização de estágio curricular obrigatório como estagiário da organização, nem aquelas desenvolvidas no TCC.

As atividades complementares, por serem consideradas como um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que possibilitam a articulação entre teoria e prática, pela complementação de saberes e desenvolvimento de habilidades durante a formação do docente, são atividades relevantes e contributivas para a implementação da flexibilização curricular, formação integral e cidadã do docente. Assim sendo, elas poderão ser integralizadas até a carga horária máxima prevista na matriz curricular do Curso.

Consideram-se Atividades Complementares as atividades de iniciação à docência; iniciação à pesquisa; atividades de extensão; atividades de estágio supervisionado; atividades artístico-culturais e esportivas; atividades de participação e/ou organização de eventos;

experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas; produção técnica e/ou científica; vivências de gestão e outras atividades normatizadas pela Coordenação de Curso.

A Coordenação de Curso será responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares; ficando a seu critério designar professores orientadores. Desta forma, caberá à Coordenação de Curso estipular a carga horária referente às Atividades Complementares que serão integralizadas nos currículos no total de 120 (cento e vinte) horas; estipular, dentro do calendário universitário, o período para solicitação de integralização das Atividades Complementares; efetuar o registro, mediante a devida comprovação; acompanhar; avaliar o desempenho dos alunos nas Atividades Complementares, emitindo conceito de satisfatório ou insatisfatório e estipulando a carga horária a ser aproveitada/integralizada; além de efetuar as providências cabíveis junto à Pró-Reitoria de Graduação. A oferta das atividades deverá, sempre que possível, abranger as áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A oferta das atividades poderá ainda compreender:

- **Oficinas:** com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos, propiciando vivências práticas no uso dos métodos e instrumentos da gestão pública. Devem ser aplicadas de forma presencial, podendo ser realizadas em cada módulo ou concentradas em módulos específicos.
- **Palestras:** cujos temas permeiem a gestão pública.
- **Visitas Técnicas.**

As normas do relatório final serão objeto de um Manual a ser disponibilizado ao aluno, contendo todas as orientações em relação a sua formatação, que deverá estar em conformidade com as normas da ABNT.

3.5.5 Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem e do Projeto Acadêmico do Curso.

Um dos objetivos da avaliação da aprendizagem será identificar o nível de competência e habilidades dos acadêmicos, promover e incentivar seu desenvolvimento teórico e científico na direção das competências previstas em cada componente curricular, além da capacidade de articular conhecimentos e aplicá-los para resolver situações-problema, delinear hipóteses, etc. A avaliação será processual e baseada em atividades individuais e coletivas ao longo dos oito semestres. As atividades produzidas serão acompanhadas e avaliadas pelos tutores com apoio da equipe de professores.

A sistemática e os procedimentos de avaliação incluem atividades realizadas a distância e presenciais, conforme explicitado abaixo:

- Atividades desenvolvidas a distância (para efeito de composição do resultado final, estas atividades devem compor 30% da avaliação)

As atividades realizadas a distância e enviadas ao tutor serão consideradas no processo de avaliação. Após análise, o tutor encaminhará sua apreciação ao estudante. Cada componente curricular terá um caderno de atividades, integrando, sempre que possível, conhecimentos em seus aspectos teóricos e práticos, tratados nos componentes curriculares.

Algumas atividades de campo poderão ser desenvolvidas pelos acadêmicos, individualmente ou em grupo, a partir da orientação do tutor à distância. Após a realização destas atividades (práticas de ensino, laboratório e atividades de campo), o acadêmico apresentará o resultado do trabalho e relatório ao tutor presencial. Estas atividades serão agendadas com antecedência, estando sob a coordenação do tutor à distância.

- Avaliações presenciais. Para efeito de composição do resultado final, estas atividades deverão compor 70 % da avaliação e serão constituídas por avaliação escrita e prova prática.
- Exame final. Será realizado quando o cursista não atingir a média para aprovação automática, segundo normas regimentais da UFT.

3.5.6 A forma de acompanhamento e monitoramento da produção e do desenvolvimento do aluno

Para facilitar o acompanhamento permanente e a avaliação em processo, haverá para cada estudante uma ficha de acompanhamento, disponibilizada no ambiente virtual dos tutores e à qual terão acesso, também o coordenador local, coordenador de curso e coordenador geral. Essa ficha registrará o envio das atividades realizadas pelo estudante, a avaliação feita pelo tutor. A avaliação dos relatórios das atividades de campo e laboratório, a participação nas atividades presenciais, e outras observações necessárias. Assim, o tutor, o coordenador local, o coordenador do curso, o coordenador geral e o supervisor de tutoria terão acesso ao desempenho global do aluno.

Cada disciplina terá que realizar no mínimo duas avaliações presenciais aplicadas no pólo durante a realização do módulo com as datas pré-definidas entre a coordenação e o

professor da disciplina. Essas avaliações serão acumulativas e deverão representar 70% da nota da disciplina. Os outros 30% que comporão a nota final da disciplina serão obtidos por meio de atividades realizadas a distância definidas pelo professor da disciplina.

Para os alunos que apresentarem desempenho insatisfatório (média parcial igual ou superior a 4,0 e inferior a 7,0) haverá duas semanas, ao final do segundo módulo, para a realização de estudos de reforço e da avaliação final (exame). Neste período de reforço, haverá conteúdo específico preparado pelo professor de cada disciplina e disponibilizado na web, com o acompanhamento do tutor presencial e também do tutor a distância. A primeira semana após o término do segundo módulo será destinada a recuperação das disciplinas do primeiro módulo e a segunda semana será destinada às disciplinas do segundo módulo.

Caso o aluno não consiga obter nota satisfatória para a aprovação na disciplina, mesmo depois do período de reforço, e fique reprovado ele terá que ficar em regime de dependência que será cursado depois do final do semestre (período de férias). Serão ofertadas todas as disciplinas daquele semestre em regime de dependência e o aluno terá o direito de cursar todas aquelas em que não obteve aprovação. A metodologia de desenvolvimento das disciplinas em regime de dependência será feito de forma semelhante ao desenvolvimento durante o semestre, o professor da disciplina será responsável pelas atividades presenciais e a distância que serão acompanhadas pelo tutor presencial e a distância. As atividades realizadas a distância terão valor de 30% da nota da disciplina da dependência e uma avaliação presencial terá valor de 70% da nota final.

O aluno reprovado na disciplina de dependência terá que aguardar uma nova oferta da disciplina no polo onde está matriculado ou cursá-la em outro pólo em que haja oferta daquela disciplina no mesmo curso ou em outro curso em que a disciplina seja equivalente na carga horária e na sua ementa.

3.5.7 Integralização Curricular

Para a aprovação é imprescindível a apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Condições de Trabalho

O corpo docente efetivo que estará envolvido no curso é composto por docentes do quadro efetivo da Universidade, ficando responsável pelos conteúdos das disciplinas e pela

orientação aos tutores a distância e presenciais e também aos alunos. Estas orientações acontecem por meio do ambiente virtual, materiais didáticos e das aulas presenciais que ocorrem, geralmente, em finais de semana.

Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende os Cursos na modalidade EaD na UFT.

Os alunos do Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública contarão com a gestão da Diretoria de Tecnologias Educacionais - DTE que está organizado em núcleos que atuam em sinergia para garantir padrão de qualidade e adequação à diretrizes da Universidade Aberta do Brasil (UAB)/Capes, com a seguinte organização:

I- Diretoria/UFT e Coordenadoria UAB/Capes

II - Núcleos

- a) Núcleo UAB/Capes
- b) Núcleo Pedagógico
- c) Núcleo de Tecnologias Digitais
- d) Núcleo Administrativo

4. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

4.1 Laboratórios e Instalações

4.1.1 Biblioteca

Acervo disponível no polo, além da EaD Teca (miateca), possuímos também referência de materiais disponíveis na Internet e em órgãos públicos locais, regionais e nacionais. Prevê-se aquisição de material bibliográfico para ampliar a quantidade de títulos disponíveis.

Os acervos estarão disponíveis, na forma física de acesso, e também no ambiente virtual, onde a pesquisa no ambiente virtual será orientada pelos tutores presenciais.

É importante ressaltar que os alunos da EaD da UFT terão acesso aos mesmos meios oferecidos nas bibliotecas dos 7 campus da UFT dos cursos presenciais, além do Portal de Periódicos da CAPES, em constante atualização e aquisição de novos exemplares para essas bibliotecas.

Horário de Funcionamento

De segunda à sexta das 08h00minh às 22h00min

Aos sábados das 08h00min às 12h00min

Espaço físico

Área de 550,20 m², sendo o primeiro pavimento com 398,20 m² e o segundo pavimento com 152 m²

Acervo

Livros: 36.680 exemplares

Monografias: 631

Testes de Mestrados: 128

Testes de Doutorados: 70

Periódicos: 1.124 títulos nacionais e 174 títulos estrangeiros

Fitas de vídeo: 379 exemplares

CD-ROM: 220 exemplares

DVDS: 50 exemplares

Total: 39.456

Funcionários

01 Bibliotecário coordenador

Auxiliar de biblioteca

Manhã

04 auxiliares administrativos no horário das 08h00minh às 14h00minh

03 estagiários: horário das 08h00minh às 14h00minh

Tarde:

04 auxiliares administrativos no horário das 12h00minh às 18h00minh

02 estagiários no horário das 12h00minh às 18h00minh

Noite:

04 auxiliares administrativos no horário das 16h30minh às 22h00minh

Empréstimo

Para professores: 5 livros por 15 dias

Para os alunos: 3 livros por 7 dias

Observação.: Obras de referência (dicionários, enciclopédias e Atlas) e Periódicos serão emprestados apenas para fotocópia, para serem devolvidos no mesmo dia.

Observação.: Multa: de R\$ 1,00 por dia por cada livro atrasado. E caso o livro esteja reservado à multa por dia passara para R\$ 3,00.

Equipamentos

- 03 computadores no pavimento do térreo para usuários (pesquisa portal capes)
- 01 computador no pavimento superior na sala de monografias
- 01 computador no atendimento para geração de boletos para pagamentos de multas
- 02 computadores para o acervo (processamento técnico)
- 01 computador para a coordenação (serviços administrativos)
- 01 impressora a laser
- 03 leitores ópticos de código de barra.
- 02 máquinas eletrônicas de datilografia
- 02 aparelhos de TV 29 polegadas
- 01 aparelho de vídeo cassete

Equipamentos Complementares

A biblioteca da UFT conta também com alguns computadores instalados para busca em acervo e acesso à internet, sistemas esses ainda a serem implantados. No pavimento superior, há também um sistema de refrigeração.

4.1.2 Projeto de trabalho da tutoria e a forma de apoio logístico a todos os envolvidos.

Os tutores presenciais atuarão nos polos para as atividades presenciais programadas. Considerando os diferentes contextos regionais, por exemplo, o acesso a rede Internet, os tutores darão também plantões alternados nos polos, em horários pré-fixados, e-mail ou chat, para esclarecimento de dúvidas. Cabe frisar que os tutores terão carga horária de 20 horas semanais, sendo que a maior parte desta carga horária será utilizada para acompanhar o grupo de acadêmicos que ficou sob sua responsabilidade.

A coordenação utilizará plataformas para aperfeiçoar a comunicação entre os tutores, interligando-os pela Internet, constituindo uma comunidade virtual de aprendizagem permanente. Por esse motivo, é imprescindível que todos os tutores tenham acesso à rede. Essa comunidade contará com um aplicativo de interatividade similar ao ambiente virtual do aluno e contendo também materiais específicos da tutoria. A esse ambiente terão acesso os autores de materiais de aprendizagem, os professores, os tutores e os monitores, além de pessoal auxiliar dos cursos. Com isso se propiciará a contínua troca de experiência, esclarecimento de dúvidas, sugestões para aperfeiçoamento de materiais e avaliação permanente das estratégias de ensino. Para facilitar a referência, chamaremos a este "ambiente virtual dos tutores".

Comunicação entre alunos, tutores à distância e professores ao longo do curso.

A comunicação entre alunos, professores e tutores a distância se dará diretamente via plataforma virtual de aprendizagem (ambiente *moodle*), ou no próprio polo, nos encontros presenciais obrigatórios.

Entre alunos e tutores presenciais a comunicação se dará no polo. Para operacionalizar o desenvolvimento das atividades a distância por parte dos acadêmicos, a comunicação também acontecerá por meio das tecnologias digitais ou por telefone. Cabe ressaltar que o material impresso já se constitui em uma forma de comunicação, pois deve apresentar orientações para o estudo e, também, para a realização das atividades teóricas e práticas. É oportuno sublinhar que os tutores utilizarão os recursos mencionados para comunicar os resultados das avaliações das atividades, garantido a mediação, interação, interatividade do processo da educação mediada por tecnologias.

Recursos Audiovisuais

Como já foi dito, entende-se a educação a distância como um diálogo mediado por objetos de aprendizagem, os quais são projetados para substituir a presencialidade do professor. Assim, os materiais e objetos didáticos adquirem uma importância fundamental no planejamento de cursos mediados por tecnologias.

Dentre os meios e recursos didáticos possíveis, se planeja utilizar basicamente:

1. Materiais impressos: guias de estudos, cadernos de exercícios, unidades didáticas, textos, livros, etc.
2. Materiais instrumentais: seja para utilização em aulas práticas de laboratório, seja para observações individuais domésticas a partir de elementos da própria realidade do

aluno. Importante aqui é ressaltar a grande quantidade de objetos de aprendizagem já disponíveis nos diversos "sites" da Internet.

3. Materiais audiovisuais: fitas de áudio, vídeo.
4. Suporte informático: sistemas multimeios (CD-ROM), videoconferência etc.;
5. Computadores instalados nos polos com facilidades de software e acesso a Internet.

O suporte básico para o curso poderá ser material impresso, o CD-ROM, vídeos em DVD, arquivos em PDF e utilizam dos meios midiáticos. Concordando com Garcia Aretio (op. cit., p. 175), observa-se que nesse meio o material impresso possui algumas vantagens que o faz, ainda, o mais utilizado em todo o mundo: trata-se de um meio acessível, fácil de usar e que não necessita equipamentos especiais; possui maior portabilidade, sendo transportado facilmente a todos os lugares; permite releitura e leitura seletiva com aprofundamento de pontos importantes. Por outro lado, é necessário que o aluno tenha a capacidade de interpretar adequadamente os construtos simbólicos presentes no texto, o que nem sempre acontece.

A utilização de materiais audiovisuais será subsidiada por uma equipe de profissionais (de artes gráficas, multimídia e web), já existente na UFT, que ficará responsável para transpor o conteúdo para os formatos apropriados, de acordo com a concepção do professor da disciplina. As atividades de aprendizagem colaborativa estarão definidas no ambiente virtual do aluno, ao qual cada um terá acesso mediante senha individual.

Naturalmente, para que possam vir a ser utilizados esses recursos de forma obrigatória, será necessário prover acesso a eles pelos alunos. Quando apenas parte dos alunos dispuser de acesso (por exemplo, à Internet) o recurso será usado de forma optativa.

Áreas de Lazer e Circulação

Segundo UFT (2007), o Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte (CUICA) é um espaço cultural, sem fins lucrativos, com auditório para teatro, dança cinema e espetáculos musicais. A sede é construída no campus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins e mantida pela própria UFT.

As atividades desenvolvidas em suas instalações são de cunho cultural e dividem-se nos seguintes espaços:

- Auditório, com capacidade para 500 pessoas, onde também podem ser exibidos filmes e apresentadas peças teatrais;

- Espaço Pedro Terra para artes visuais, com exposições permanentes e temporárias.

Segundo esse mesmo documento, o CUICA possui em sua concepção três características:

- Regularidade nas exposições e apresentações culturais, fazendo com que se crie, no público universitário e na comunidade em geral, o hábito e o gosto pela cultura;
- Manutenção de um nível elevado em suas atividades, com análise criteriosa da montagem da agenda cultural, destacando formas de arte contemporâneas;
- Diversidade de manifestações culturais para contemplação das diversidades existentes na comunidade local.

O objetivo principal do CUICA é criar um espaço de fomento e divulgação da cultura contemporânea regional. Oferecer espetáculos de teatro dança e música, mostras de artes visuais, projeções de cinema e vídeo, oficinas, debates e cursos, além de manter sob sua guarda expressivo acervo cultural permanente do Estado do Tocantins.

Como espaço sempre aberto à diversidade das manifestações culturais do Tocantins, o CUICA manterá uma programação permanente.

- Cinema: Cine Clube UFT e Festival de Curtas;
- Dança: danças contemporâneas, africanas e indígenas;
- Música: apresentações musicais e shows;
- Palestras, oficinas e cursos;
- Café Literário e Café Filosófico;
- Apresentações de teatro e contadores de histórias;
- Apresentações de cultura popular: mestres populares;
- Espaço Cultural Pedro Terra: Exposições permanentes e temporárias;
- Espaço da Maturidade.

Acessibilidade para Portador de Necessidades Especiais

A UFT buscará o cumprimento da portaria nº 1679, de 2 de dezembro de 1999, assegurando aos portadores de necessidades especiais condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações em seu campus, tendo como referência a Norma Brasileira NBR-9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Todas as edificações serão planejadas e

construídas para dar pleno acesso, a portadores de necessidades especiais, mesmo que temporárias, através de:

1. entradas principais com rampas;
2. todas as dependências de uso geral serão colocadas no andar térreo (biblioteca, lanchonetes, protocolo, tesouraria e secretaria);
3. os auditórios existentes ficam no térreo;
4. todas as salas de aulas existentes na UFT são no térreo, exceto no bloco III que tem salas no pavimento superior. Nesta situação se houver alguma aula neste bloco deve-se ter o cuidado de verificar se algum aluno tem alguma dificuldade de locomoção, ainda que temporária, e sua turma passa a ter a sua sala de aula no andar térreo;
5. estacionamento já dispõe de vagas especiais reservadas no estacionamento da Universidade. A nova edificação ampliará estas vagas.

Outros aspectos a serem considerados no projeto técnico-estrutural são a inclusão de rampas de acesso ao bloco e pavimentos deste, telefone público em altura apropriada, banheiros adaptados para deficientes físicos. Deverão ser observadas, também, todas as normas de segurança coletiva incluindo proteção contra incêndio e climatização dos ambientes de trabalho (temperatura e umidades adequadas).

5. GESTÃO: ADMINISTRATIVA; TECNOLÓGICA. ACADÊMICO-PEDAGÓGICA

5.1 Gestão Administrativa

A sala da Coordenação do Curso localiza-se na Diretoria de Tecnologias Educacionais - DTE.

Importância do Polo

Os polos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do Sistema UAB. Mantidos por Municípios ou Governos de Estado, os polos oferecem a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos a distância.

O polo de apoio presencial também pode ser entendido como "local de encontro" onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento e a orientação para os estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

O objetivo dos polos é oferecer o espaço físico de apoio presencial aos alunos da sua região, mantendo as instalações físicas necessárias para atender aos alunos em questões tecnológicas, de laboratório, de biblioteca, entre outras.

O polo é o espaço para as atividades presenciais tais como: avaliações, atividades grupais, eventos culturais e científicos, mas é, sobretudo, o local onde o aluno encontra semanalmente o seu tutor presencial, para orientação e esclarecimento de dúvidas. Assim, o polo regional contribui na fixação do aluno no curso, criando uma identidade do mesmo com a Universidade e reconhecendo a importância do papel do município, como centro de integração dos alunos.

O polo pode colaborar, ainda, com o desenvolvimento regional, uma vez que pode contar com atividades diversificadas, como: cursos de extensão, atividades culturais, consultoria para a comunidade.

Gestão dos Polos

Com base em diversas experiências nacionais que, por sua vez, buscaram seguir e adaptar modelos internacionais de referência (como o da Espanha com mais de trinta anos de experiência em EaD), a UAB/Capes define que o polo regional tenha estrutura que envolva a administração municipal e a Universidade, além de membros da comunidade local.

Os Tutores presenciais do polo serão selecionados por processo seletivo coordenado pela UFT, que também será responsável pelo treinamento e acompanhamento do trabalho dos selecionados.

Momentos Presenciais

Os momentos presenciais serão utilizados para apresentação de conteúdos, atividades práticas, tais como laboratório, prática de ensino, estágio supervisionado, práticas de grupo e avaliações. Corresponderão cerca de 30% da carga horária do curso e serão realizados no polo em datas pré-determinadas, preferencialmente, em finais de semana e períodos de férias escolares. Esses momentos constarão na agenda de cada componente curricular.

Parcerias

As prefeituras do interior do Estado do Tocantins se destacam como a principal parceira neste projeto, partindo da mesma, a realização de pesquisa e apresentação de demandas de cursos e a articulação dos polos para o sistema UAB. Por se tratar de um projeto amplo e voltado para o desenvolvimento científico e social da nossa região, entende-se que será de suma importância a adesão de novas parcerias durante o processo, como as Secretarias Municipais de Administração, Secretarias Estaduais de Ciências e Tecnologias e outras entidades que também serão convidadas a colaborar ativamente neste projeto.

Gestão Tecnológica

Na gestão tecnológico-pedagógica a UFT utilizará as mediações de plataforma virtual, elaborada pelo MEC e hospedada em sua página na Internet. Essa plataforma consiste em um ambiente interativo por meio do qual os professores poderão se inscrever em diversos cursos de formação em todo o País.

Para o Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública o ambiente virtual será planejado com o objetivo de integrar todas as mídias, oferecendo apoio ao conteúdo *on-line*, para que o acadêmico possa fazer uma leitura hipertextual, utilizando a interatividade síncrona e assíncrona na busca da construção de uma comunidade em rede.

É através do ambiente de aprendizagem que o aluno irá:

- Acompanhar a programação dos encontros, avaliação e notícias da disciplina;
- Trocar informações e mensagens com o professor e os demais participantes da turma de seu polo;
- Realizar e encaminhar as atividades a serem realizadas na disciplina;
- Ter acesso aos textos, vídeos, *streamings*, fóruns, *blogs*, *chats* e demais ferramentas e informações complementares, disponibilizados pelo seu professor.

Logo, o ambiente virtual de aprendizagem permite que cada tipo de usuário possa acessar de forma independente a plataforma e os conteúdos, incluindo textos, *links*, imagens, sons de acordo com a forma de comunicação estabelecida.

Os usuários cadastrados são: professor, tutor, estudante coordenador e administrador. Cada usuário receberá um *login* e uma senha.

Gestão Acadêmico- Pedagógica

Na gestão acadêmico-pedagógica, referente aos aspectos metodológicos do processo de ensino e aprendizagem, propõe-se compartilhar o repositório de conteúdos e conhecimento

construídos ao longo dos anos pela UFT em sua experiência de educação a distância quanto àqueles conteúdos disponibilizados pelas demais IES pertencentes ao Sistema UAB. Isso manterá os mesmos eixos norteadores para qualidade dos materiais didáticos³ utilizados no curso, respeitando-se a convergência e a integração de materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de teleconferências, dentre outros; na constante proposição de mais elementos nos ambientes de aprendizagem ricos e flexíveis, quando acrescidos da mediação do professor; na formulação e execução de materiais impressos e ou digitais para orientação do acadêmico em relação ao curso, corpos docente e discente, sistemas de avaliação e demais informações necessárias.

6. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM O PROJETO

A maioria dos profissionais que integra a equipe acadêmica do curso já possui experiência nesta modalidade de ensino quando da participação nos cursos de capacitação em Tutoria *online* e capacitação em EAD, promovidos pela Diretoria de Tecnologias Educacionais - DTE da UFT. Todos os profissionais envolvidos com o projeto desenvolveram atividades que propiciem a formação de profissionais de ensino a distancia.

Com o objetivo de manter os profissionais da UFT sempre atualizados para atuarem nesta modalidade de ensino, será realizado durante todo o Projeto, cursos de capacitação em EAD para os Coordenadores, Professores/Conteudistas/Formadores/Tutores e demais profissionais envolvidos no processo. Estes cursos pretendem abordar a concepção de educação a distância, o papel do professor e do tutor, bem como a realização de oficinas para produção de material didático para TV, material impresso, rádio e *Web*, otimização de ferramentas do ambiente virtual dentre outras.

O Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação Continuada – PACC da DTE/UFT visa atender às necessidades formativas de profissionais da comunidade interna desta universidade e comunidade externa, oferecendo cursos de curta duração para formação continuada dos diferentes perfis profissionais: professores, tutores (virtuais e presenciais), coordenadores de polos, equipes de apoio multidisciplinar e demais envolvidos em EaD ou

³ A UFT seguiu inicialmente os mesmos passos de implantação dos materiais didáticos realizados pelo CEDERJ, sendo-lhe familiar os focos de qualidade nos materiais impressos (Caderno Didático da disciplina e, quando for o caso, Caderno de Exercícios e Experimentos da disciplina), audiovisuais (programas em vídeo e áudio, distribuídos em CDs ou veiculados por canais de TV e Rádio e digitais (via CD-ROM, páginas e portais na Internet).

interessados no uso de recursos tecnológicos para a Educação. Para a realização deste projeto, o PACC da DTE/UFT compromete-se à formação de novos tutores para os fins propostos.

A abertura desse espaço formativo contribuirá para a expansão e reconhecimento da EaD na sociedade atual, fomentando e validando novas formas de ensinar e aprender com qualidade.

A formação continuada proporcionada pelo PACC dispõe de cursos como: Ambiente Virtual de Aprendizagem na Educação a Distância; Legislação sobre a Educação Superior no Brasil – particularmente sobre a UAB; Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas a EaD/UaB; Tutoria em Ead; Elaboração e Avaliação de Material Didático para EaD; Planejamento de Aulas e Atividades em Cursos a Distância; Capacitação de Gestores de Polos e Atribuições dos Atores em sistemas de EaD.

7. AVALIAÇÃO DO PROJETO

A avaliação do projeto, como em todas as atividades pedagógicas propostas, realizar-se-á de forma contínua e seguirá as práticas avaliativas do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior -SINAES.

Um dos principais parâmetros utilizados pela avaliação dos cursos de graduação é a sua taxa de sucesso, onde se observa o número de alunos que ingressa, em relação ao número que conclui, assim como o desempenho dos mesmos nas diversas etapas do curso, buscando entender os fatores que interferiram em sua trajetória.

No que se refere aos pontos mais específicos do projeto, serão analisados principalmente: a qualidade dos materiais didáticos impressos e virtuais; a garantia da infraestrutura proposta; a atuação da equipe docente e interação com os alunos através do ambiente virtual e momentos presenciais; e a aplicação do Projeto Pedagógico em todas as suas dimensões.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo presente projeto, a Universidade Federal do Tocantins busca o desenvolvimento do curso de Bacharelado em Administração Pública, visando proporcionar um crescimento de profissionais que atendam às necessidades de um mercado público emergente, pois sabe-se que um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE/MEC é possibilitar a inclusão digital dos alunos em escolas públicas. Este fato configura-se como um desafio para

essas instituições, uma vez que a demanda por profissionais qualificados, com habilidades e competências voltadas a administração pública é cada vez maior.

Esperamos que no final do curso o aluno tenha desenvolvido as seguintes habilidades e competências:

- atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;
- empreender e promover transformações de forma interdisciplinar compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;
- expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;
- reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

Como consequência, esperamos a construção de um profissional com uma formação técnica para atuar na gestão pública a fim de zelar pelo patrimônio material e imaterial da sociedade com vistas a proteger o maior patrimônio público: o cidadão.

A oferta de um curso na modalidade EaD é ação complexa, formado por vários segmentos, como equipe de gestão, equipe multidisciplinar, equipe pedagógica, equipe tecnológica e equipe de avaliação.

É com vistas a uma nova realidade social que vem gradativamente se desenhando na área educacional, que a UFT, integrante do sistema UAB, oferta o curso de Bacharelado em Administração Pública a distância, buscando realizar seu papel social.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, V. L. **Tão longe, tão perto. Experimentando o diálogo a distância.** 2002. Tese. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20** de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

DELIZOICOV, D. (1982) **Concepção problematizadora do ensino de ciências na educação formal.** S. Paulo, dissertação de mestrado, IFUSP/FEUSP, 1982. FREIRE, P. A pedagogia do oprimido. São Paulo. Paz e Terra, 1975.

GARCIA, Aretio L. **La educación a distancia.** De la teoría a la práctica. Barcelona. Ed. Ariel, 2001.

GOVERNO FEDERAL. Universidade Federal do Tocantins. **Planejamento Estratégico (2006-2010);** por uma universidade consolidada democrática, inserida na Amazônia (2ª impressão). Palmas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORAES, Maria C. O **Paradigma educacional emergente.** São Paulo: Papirus, 1999.

PONTUSCHAKA, N. **Ousadia no diálogo** - interdisciplinaridade na escola pública. São Paulo. Ed. Loyola, 1993.

POSSARI, Lúcia H. V. **Comunicação e Informação para EaD**. Curitiba: UFPR/NEAD, 1999.

RAMAL, Andréa C. **Educação na cibercultura**: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

10. ANEXOS

10.1 Regimento do Curso

REGIMENTO DO CURSO DE CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A DISTÂNCIA

CAPÍTULO I

DA INTRODUÇÃO

Art. 1 - O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância, na modalidade à Distância da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 - O Colegiado de Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3 - A administração do Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

- I. Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso;
- II. Órgão Executivo: Coordenação de Curso;
- III. Órgãos de Apoio Acadêmico: Coordenação de Estágio do Curso;
- IV. Órgão de Apoio Administrativo: Secretaria.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 - O Colegiado de Curso é constituído:

- I. Coordenador de Curso, sendo seu presidente;
- II. Docentes efetivos do curso;
- III. Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Art. 5 - São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

- I. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e seqüência das disciplinas que o forma, com os respectivos créditos;
- II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;
- III. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV. opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;
- V. fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado; VI. conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;
- VII. estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII. decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX. propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;

- X. eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI. coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

§ 1º - As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocada, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º - Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de quorum serão considerados apenas os professores em pleno exercício.

§ 3º O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

Art. 7 - O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas oficialmente.

CAPÍTULO VI

DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 8 - A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º - Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, a escolha de um Sub-Coordenador para substituir o coordenador em suas ausências justificadas.

§ 2º - O Presidente será substituído, em seus impedimentos por seu substituto legal, determinado conforme § 1º deste capítulo;

§ 3º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade.

§ 4º - No caso de vacância das funções do Presidente ou do substituto legal, a eleição far-se-á de acordo normas regimentais definidas pelo CONSUNI;

§ 5º - No impedimento do Presidente e do substituto legal, responderá pela Coordenação o docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá ao Coordenador indicar o substituto.

Art. 9 - Ao Coordenador de Curso compete:

- I. além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;
- II. nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;
- III. nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;
- IV. convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;
- V. organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;
- VI. designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;
- VII. Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 10 - A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

- I. encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;
- II. auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;
- III. instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;
- IV. executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;
- V. elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- VI. secretariar as reuniões do Colegiado;
- VII. redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;
- VIII. manter o controle atualizado de todos os processos;
- IX. manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;
- X. auxiliar às atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado.
- XI. desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;
- XII. manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;
- XIII. executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO VIII

DO REGIME DIDÁTICO

Seção I

Do Currículo do Curso

Art. 11 - O regime didático do Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 12 – O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º - A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 13 - A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 14 - A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 15 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Seção II

Da Oferta de Disciplinas

Art. 16 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral e aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 18 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

Palmas, 19 de janeiro 2012.

10.2 Normas para as Atividades de Estágio Supervisionado

As normas que estabelecem as linhas gerais para as atividades de "Estágio supervisionado", do Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância da UFT, objetivando homogeneidade da avaliação dos trabalhos realizados e resguardando as peculiaridades do curso estarão normatizadas no "manual de estágio" a ser elaborado pelo colegiado do curso juntamente com o professor responsável pela disciplina de estágio.

Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A DISTÂNCIA

CAPÍTULO I

Identificação

Art. 1º - O presente regulamento trata da normatização das atividades de estágio curricular obrigatório e não-obrigatório Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância na modalidade da Educação a Distância.

Parágrafo único - As normatizações ora dispostas apresentam consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com a Lei nº 11.788/2008 e com a Orientação Normativa MPOG nº 7 de 30 de outubro de 2008.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º - O Estágio Curricular obrigatório tem como objetivo possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e artísticos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de matemática.

Art. 3º - O Estágio Curricular não-obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do estudante por meio das vivências e experiências próprias da situação profissional na

Universidade Federal do Tocantins ou em instituições conveniadas com a UFT de acordo com a assinatura do Termo de Compromisso.

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO CAPÍTULO III Da Organização

Art. 4º - O estágio curricular obrigatório está organizado em 04 disciplinas denominadas Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV.

CAPÍTULO IV

Programação de estágio e duração

Art. 5º - A duração dos estágios obrigatórios totaliza 300 horas. A orientação poderá ser conduzida por docentes da Fundação Universidade Federal do Tocantins ou de outras instituições de nível superior, os quais deverão ser credenciados e aceitos oficialmente pelo Colegiado Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância. Em ambos os casos deve-se levar em consideração a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Art. 6º - A área e programação de cada estágio serão de responsabilidade do docente orientador e do aluno.

§1 - A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo acadêmico - estagiário, de comum acordo com docente-orientador.

§2 - Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo docente da disciplina de Estágio, assegurada a participação coletiva nas decisões.

CAPÍTULO V

Locais de realização do estágio

Art. 7º - São partes constituintes do campo de estágio curricular obrigatório:

- I. administração pública (direta e indireta): capaz de propiciar a atuação do discente junto ao poder público nas esferas municipal, estadual e federal, em atividades de gestão consonantes com as áreas de competência do curso;

- II. organizações do setor privado: capazes de propiciar a atuação do discente em atividades de gestão, desde que vinculadas às áreas de competência do curso, tais como: relações com o setor público, responsabilidade social corporativa, gestão socioambiental, etc.;
- III. organizações não-governamentais: capazes de propiciar a atuação do discente em associações, fundações, cooperativas, movimentos sociais, etc. em atividades de gestão alinhadas às áreas de competência do curso..

Art. 8º - A escolha da instituição para a realização do estágio fica a critério do estagiário considerando os regimentos da UFT que disciplinam esse fluxo.

CAPÍTULO VI

Avaliação

Art. 9º - O estagiário será avaliado no decorrer das disciplinas de Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV. Parágrafo único - Ao professor da instituição que recebe o estagiário caberá uma avaliação do trabalho do mesmo de acordo com critérios estabelecidos pelo professor do estágio.

CAPÍTULO VII

Das atribuições do Estagiário

Art. 10 - Ao acadêmico que se habilitar ao estágio compete:

- I. participar de todas as atividades dos estágios;
- II- comprometer-se com suas atividades docentes tanto na turma em que estagia, quanto com o/a professor/a responsável da escola e com a direção da mesma,
- III- cumprir com as normas da instituição,
- IV- cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela instituição, V- avisar qualquer ausência inesperada com antecedência.
- VI - cumprir com as metas e horário estabelecidos.
- VII- cumprir as normas do presente regulamento e da Lei de Estágio.

CAPÍTULO VIII

Das atribuições do docente orientador

Art. 11 - Compete ao docente orientador de Estágio:

I- possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio II- orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno.

III- orientar e controlar a execução das atividades do estagiário.

IV- acompanhar o planejamento do estágio. V- realizar uma avaliação em todas as etapas de desenvolvimento do estágio.

CAPÍTULO IX

Das atribuições das instituições

Art. 12 - Compete às instituições que recebem os estagiários:

I - permitir o uso dos espaços disponíveis para o bom andamento do estágio.

II- permitir o uso de recursos disponíveis pela instituição

III - tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade.

DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Art. 13 - O estágio curricular não-obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

CAPÍTULO X

Da organização

Art. 14 - O estágio curricular não-obrigatório pode ser desenvolvido nas áreas de ensino e pesquisa definidas pelo Colegiado do Curso em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

I – pessoas jurídicas de direito privado;

II - órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 15 - A identificação da organização concedente do estágio será responsabilidade do discente, prioritariamente. No entanto, caberá ao coordenador de estágios do curso de Administração Pública analisar o campo de estágio e, sobretudo, as atividades propostas, zelando pela compatibilidade de ambos com as diretrizes curriculares.

Art. 16 - É facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio nos seguintes casos:

I - Quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 1 (um) a 5(cinco) empregados;

II - profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

Art. 17 – O tempo de duração de estágio não-obrigatório não pode ultrapassar dois anos na mesma instituição, seis horas diárias e 30 horas semanais. Art. 18 - O estágio não-obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a (Unidade Concedente).

Art. 19 - Atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos vinculadas e desenvolvidos na UFT não são considerados estágios não-obrigatórios.

CAPÍTULO XI

Desenvolvimento e Avaliação

Art. 20 - A elaboração do Plano de Atividades do Estagiário deve ser formulado entre as três partes envolvidas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e unidade concedente) de acordo com suas necessidades. Art. 21 - A avaliação do estagiário cabe ao supervisor de área a qual o estágio está vinculado de acordo com artigo 14 e ao supervisor da instituição concedente a cada seis meses.

Art. 22- Cada supervisor de área da UFT é escolhido entre os membros do Colegiado Licenciatura em Matemática.

§1 - Cada supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2 - a avaliação deve considerar a frequência e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada seis meses;

§3 - quando a unidade concedente for um órgão público federal, autarquia ou fundacional, a periodicidade do relatório deverá ser bimestral.

Art. 23 - Ao término do período de estágio, a unidade concedente emitirá um termo de realização de estágio.

CAPÍTULO XII

Das disposições gerais

Art. 24 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos supervisores responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 25 - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

10.3 Corpo docente

Função	Docente	Formação	Título	Endereço Curriculum Lattes
Coordenador	Valtuir Soares Filho	Ciências Contábeis	Mestre – UNED - Espanha	http://lattes.cnpq.br/1054733110692916
Docente	Airton Cardoso Cançado	Administração	Pós-Doutor - Administração -EBAPE/FGV	http://lattes.cnpq.br/7076992579962891
Docente	Waldecy Rodrigues	Ciências Econômicas	Pós-Doutor – Economia - UnB	http://lattes.cnpq.br/4330949239387871
Docente	Édi Augusto Benini	Administração Pública	Doutor - Educação - UFMGS	http://lattes.cnpq.br/8359512043390547
Docente	Sandra Alberta Ferreira	Administração	Doutora – Administração de Empresas - Universidade	http://lattes.cnpq.br/5385508311005958

			Presbiteriana Mackenzie	
Docente	Suzana Gilioli da Costa Nunes	Administração	Doutora - Administração de Empresas - Universidade Presbiteriana Mackenzie	http://lattes.cnpq.br/0463372631179918
Docente	Alex Pizzio da Silva	Ciências Sociais	Doutor – Ciências Sociais - Unisinos	http://lattes.cnpq.br/7037842339905679
Docente	Maria José de Pinho	Pedagogia	Doutora – Educação e Currículo – PUC/SP	http://lattes.cnpq.br/7113857811427432
Docente	Gisele Barbosa de Paiva	Ciências Econômicas	Mestre – Economia - UFES	http://lattes.cnpq.br/7325447544185162
Docente	Mônica Aparecida da Rocha Silva	Ciências Sociais	Doutora - Ciências Sociais - UnB	http://lattes.cnpq.br/6401487987780885
Docente	George Lauro Ribeiro de Brito	Engenharia Elétrica	Doutor – Engenharia Elétrica - UnB	http://lattes.cnpq.br/8779620606534106
Docente	Denise de Barros Capuzzo	Psicologia	Doutora – Educação – PUC/GO	http://lattes.cnpq.br/0190504092767695
Docente	Luiz Augusto Mazzarolo	Ciências Biológicas	Doutor - Ciências Biológicas – Entomologia - USP	http://lattes.cnpq.br/0478466912912317
Docente	José Lauro Martins	Filosofia	Doutor - Ciência da Educação - Universidade do Minho - Portugal	http://lattes.cnpq.br/7354216451141231

Considerações Finais:

O projeto pedagógico curricular do Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública mantém aderência e cumpre o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais de que trata a Resolução Nº 4 de 13/7/2005.

A UFT como Instituição Pública de Ensino Superior ao aderir ao Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) apresentou essa proposta de oferta de curso, no edital de chamada pública de articulação e obteve aprovação técnica da DED/Capes conforme seu Plano de Trabalho e fomento autorizado para ofertar o curso nos polos de apoio presencial do Sistema UAB/Governo Federal, conforme as seguintes etapas: a) a adesão à proposta do projeto pedagógico proposto no Edital; b) consistência do projeto pedagógico enviado; b) competência e experiência acadêmica da equipe docente responsável; c) coerência com a demanda na área geográfica de abrangência, consideradas as necessidades sociais e as demandas para o desenvolvimento local; d) atendimento da demanda do curso no polo municipal de apoio presencial.

O Curso de Bacharelado em EaD em Administração Pública constante deste PPC será ofertado gratuitamente nos polos de apoio presencial do Sistema UAB no Estado do Tocantins.

No entanto, considerando a necessidade de atender as distintas realidades locais e a aprovação interna nos órgãos colegiados, são facultados pela DED/Capes os ajustes nos projetos, bem como a produção suplementar de material didático próprio.

- DTE/UFT e UAB/Capes